

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARIANA NOLÊTO WANDERLEY**

**Movimentos Sociais Feministas e a Representatividade da Mulher na  
Política Alemã: Uma Análise do Período Pós-Segunda Guerra**

**RECIFE**

**2018**

**MARIANA NOLÊTO WANDERLEY**

**Movimentos Sociais Feministas e a Representatividade da Mulher na  
Política Alemã: Uma Análise do Período Pós-Segunda Guerra**

Monografia apresentada à Faculdade Damas  
da Instrução Cristã - FADIC, como requisito  
para obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio  
Henrique Lucena Silva**

**RECIFE**

**2018**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB/4/2116

W245m Wanderley, Mariana Nolêto.  
Movimentos sociais feministas e a representatividade da mulher na política alemã: uma análise do período Pós-Segunda Guerra / Mariana Nolêto Wanderley. – Recife, 2018.  
77f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.  
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Feminismo. 3. Alemanha. 4. Representatividade política. 5. Políticas públicas. I. Lucena, Antonio Henrique. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327(430) CDU (22. ed.)

FADIC (2019-225)

**MARIANA NOLÊTO WANDERLEY**

**Movimentos Sociais Feministas e a Representatividade da Mulher na  
Política Alemã: Uma Análise do Período Pós-Segunda Guerra**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Orientador Antônio Henrique Lucena Silva  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof. Maurício de Albuquerque Wanderley  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro  
**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC**

---

Prof. Luciana Campelo de Lira  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE**

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	10
<b>1 MOVIMENTOS SOCIAIS E IGUALDADE DE GÊNERO .....</b>	<b>16</b>
1.1 Uma breve análise histórica dos movimentos sociais .....	16
1.2 Feminismo: teoria e história .....	17
1.3 Os movimentos de mulheres na Europa .....	26
<b>2 FEMINISMO ALEMÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DA MULHER .....</b>	<b>31</b>
2.1 Breve história do feminismo na Alemanha .....	31
2.1.1 O feminismo no <i>Kaiserreich</i> e na República de Weimar.....	32
2.1.2 O papel da mulher no Terceiro Reich e na Guerra Fria .....	37
2.2 Representação política da mulher .....	46
2.3 Políticas públicas de gênero .....	48
2.3.1 Políticas de cotas .....	50
<b>3 REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ALEMANHA .....</b>	<b>54</b>
3.1 Caso alemão .....	54
3.2 Influência das WPAs nos debates sobre representatividade na Alemanha .....	61
3.3 Era Merkel.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	73

## **Lista de Gráficos**

### **TABELAS**

<b>Tabela 1: Mulheres em Câmeras ou Parlamento Nacionais .....</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 2: Argumentos sobre a Introdução de Cotas Políticas de Gênero .....</b>	<b>51</b>
<b>Tabela 3: Partidos e suas Políticas de Gênero para Promover Maior Representatividade Feminina .....</b>	<b>59</b>

### **FIGURAS**

<b>Figura 1: Índice de Igualdade de Gênero da UE-28 (em %), 2015 .....</b>	<b>54</b>
<b>Figura 2: Índice de Igualdade de Gênero por Domínio da UE e da Alemanha, respectivamente (em %), 2015.....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 3: Elementos Analíticos dos Domínios .....</b>	<b>56</b>

### **QUADROS**

<b>Quadro 1: Sistema de Cotas do SPD (1977-1988) .....</b>	<b>61</b>
<b>Quadro 2: Segunda Lei Federal de Direitos Iguais (1989-1994) .....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 3: Reforma da Lei de Nacionalidade Alemã (1998-1999) .....</b>	<b>62</b>

## **Lista de Siglas**

- AGG – Allgemeines Gleichbehandlungsgesetz (*Lei Geral sobre a Igualdade de Tratamento*)
- APO – Außerparlamentarische Opposition (*Oposição Extraparlamentar*)
- ASF – Arbeitsgemeinschaft Sozialdemokratischer Frauen (*Grupo de Trabalho das Mulheres Social-Democratas*)
- BDF – Bund Deutscher Frauenvereine (*Federação das Associações de Mulheres Alemãs*)
- BMFSFJ – Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend (*Ministério Federal para Família, Idosos, Mulheres e Jovens*)
- CDU – Christlich Demokratische Union (*União Democrata Cristã*)
- CEDAW – Committee on the Elimination of Discrimination Against Women
- CSU – Christlich-Soziale Union in Bayern (*União Social-Cristã da Baviera*)
- DIW – Deutsche Institut für Wirtschaftsforschung (*Instituto Alemão de Pesquisas Econômicas*)
- EIGE – European Institute for Gender Equality
- IDEA – International Institute for Democracy and Electoral Assistance
- MINT – Mathematik, Informatik, Naturwissenschaften and Technologie (*Matemática, Informática, Ciência e Tecnologia*)
- NCGWO – National Council of German Women's Organizations
- NOW – National Organization of Women
- NSF – Nationalsozialistische Frauenschaft (*Liga das Mulheres Nacional-Socialistas*)
- NSDAP – Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (*Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães*)
- ONU – Organização das Nações Unidas
- QWPA – Quasi-Women's Policy Agency
- RDA – República Democrática Alemã
- RFA – República Federal da Alemanha
- SDS – Sozialistischer Deutscher Studentenbund (*União de Estudantes Socialistas Alemães*)
- SPD – Sozialdemokratische Partei Deutschlands (*Partido Social-Democrata da Alemanha*)
- UE – União Europeia
- WPA – Women's Policy Agency

# **Movimentos Sociais Feministas e a Representatividade da Mulher na Política Alemã: Uma Análise do Período Pós-Segunda Guerra**

**Mariana Nolêto Wanderley\***

## **Resumo**

O debate existente nos dias de hoje em relação à desigualdade de gênero vem gerando diversos questionamentos no que tange à legitimidade dos direitos fundamentais dos indivíduos e da justiça social para todos. Vemos cada vez mais a necessidade de haver uma modificação e melhoria nas condições de vida das mulheres e uma gradual (mesmo que lenta) abertura, tanto das instituições como do corpo societário em direção a esta transformação. Entretanto, as estruturas sociais, políticas e econômicas ainda apoiam e perpetuam ideologias com base na dominação masculina e na reafirmação dos papéis de gênero esperados pela sociedade patriarcal. O movimento de mulheres vem para enfrentar essa conjuntura e lutar pelo fim da desigualdade de gênero que é tão enraizada e, acima de tudo, naturalizada em todos os níveis da vida em sociedade. Examinando as peculiaridades da sociedade alemã e a história do feminismo, analisamos de que forma a representatividade política da mulher evoluiu no país em direção à criação de uma agenda voltada aos interesses das mulheres da sociedade civil e a expansão de seus direitos.

Palavras-Chave: Feminismo; Alemanha; Representatividade Política; Políticas Públicas.

---

\* Aluna concluinte do curso de Relações Internacionais.



## **Abstract**

The current debate regarding gender inequality has raised many questions about the legitimacy of fundamental rights of individuals and social justice for all. We see the growing need for change and improvement in the women's living conditions and a gradual (even if slow) opening from both institutions and population towards this transformation. Nevertheless, social, political, and economic structures still support and perpetuate ideologies based on male domination and the reaffirmation of expected gender roles in the patriarchal society. The women's movement comes to confront this situation and fight against gender inequality – a setting very deeply rooted and, above all, naturalized at all levels of life. Examining the peculiarities of the German society and the history of feminism, we analyze how women's political representation has evolved in the country towards an agenda focused on women's interests in the civil society and the expansion of their rights.

**Keywords:** Feminism; Germany; Political Representation; Public policy.

## **Agradecimentos**

Agradeço acima de tudo aos meus pais, que sempre me apoiaram, me guiaram e me incentivaram de todas as formas inimagináveis, sem eles nada do que sou hoje seria possível. Mãe, obrigada por ser um exemplo de mulher forte e empoderada, mesmo que muitas vezes não se dê conta. Você me ensinou o que significam independência, força, trabalho duro e determinação, sem perder a alegria e a felicidade do dia-a-dia. Pai, sua presença, bondade e sensibilidade me ensinaram a olhar para a vida com mais afeto e a ter certeza de que não estou sozinha.

Obrigada, em especial, a minha irmã Marina, que me dá suporte, me motiva e me dá forças para sempre seguir em frente. Agradeço por você existir neste mundo e pela conexão única e extraordinária que possuímos. Sem você eu não seria quem sou, não estaria onde estou e este trabalho nunca poderia ter acontecido.

Aos meus companheiros de formação acadêmica, os quais desempenharam, cada um, papel especial e singular na minha formação, sendo apoiadores e incentivadores das minhas conquistas. Em particular, a Marylia, por sua sinceridade e sensatez. Agradeço pelos ensinamentos, debates e trocas diárias que pudemos vivenciar juntas e que levarei para o resto da vida.

Aos meus queridos professores pela ajuda, paciência e instrução. Aos professores Thales e Maurício, por apoiarem meus projetos e os tornarem possíveis. Sem vocês eu não poderia estar aqui hoje. Ao meu orientador, Antônio, obrigada por dividir com extrema inteligência todo o conhecimento compartilhado, além de apoiar meus planos futuros. E a Luciana, por ser essa mulher incrível, culta e dona de si, que me inspirou imensamente a lutar pela igualdade e a acreditar que é possível a construção de um mundo melhor e mais tolerante, sempre persistindo na luta.

Agradeço aos meus amigos tanto do Brasil como da Alemanha, que me escutaram e me apoiaram em todos os momentos de estresses, e conseguiram me animar, aliviar meus medos e me ajudar a manter o foco necessário para conseguir avançar.

E, por último, mas não menos importante, a Alberto, meu companheiro de todas as horas. Obrigada pela paciência, conselhos, trocas, apoio, cuidado e por me incentivar a sempre perseguir meus sonhos, não importa o que aconteça.

## INTRODUÇÃO

A dinâmica da identidade exerce grande influência no contexto das interações sociais e dentro de toda a estrutura societária, inclusive no âmbito da política. Não é possível falar de identidade individual e/ou coletiva sem simultaneamente tratar da temática da constituição das sociedades modernas e sua complexidade frente as consequências geradas pela globalização.

Os processos transnacionais mudam os fundamentos da organização internacional, visto que as economias se tornam cada vez mais dependentes umas das outras em um mundo cada vez mais globalizado e interligado – tecnológica, financeira, comercial, cultural e ideologicamente. Esta ideia favorece a perspectiva de que eventos ocorridos em determinado país passam a ter cada vez mais efeitos concretos sobre os outros países do globo. Portanto, há a emergência de atores não-estatais dentro do sistema internacional, influenciando e tomando decisões assim como os próprios Estados (KEOHANE & NYE, 2012).

Na medida em que a sociedade vai se modificando e se tornando mais interligada é preciso ressaltar a importância de adicionar à discussão temáticas voltadas para as questões de gênero e do feminismo, visto que influenciam, essencialmente, as relações sociais e políticas. Com efeito, vivenciamos um período, desde o início do século XXI, marcado pela forte interação e interdependência entre as nações e gerando uma ascensão das questões relativas à desigualdade de gênero, direitos e demandas das mulheres em todo o mundo.

A identidade é entendida como um processo de estruturação e desenvolvimento de características culturais que são percebidas – ou determinadas – como mais importantes que os demais atributos. Ela possui essencialmente uma condição plural e múltipla, que, por sua vez, origina diversas contradições, visto que é essencial a diferenciação, neste contexto, entre identidade e papéis estabelecidos dentro da sociedade. E é indispensável perceber que a construção social da identidade possui intensa ligação com a dinâmica entre as relações de poder presentes dentro da sociedade (CASTELLS, 1999).

Tem-se, pois, a ideia de papéis dentro da sociedade voltados para uma definição baseadas nas normas estruturais feitas por instituições e organizações sociais, podendo moldar o comportamento das pessoas, e a ideia de identidade construída por meio de um processo individual – e mesmo podendo ser estabelecidas a partir de instituições, percebe-se a necessidade da internalização desta posição identitária pelos próprios atores sociais.

Focado na definição de identidade coletiva e baseando essa construção nas relações de poder, Castells (1999) estabelece o conceito de *identidade de projeto*, onde determina que os atores sociais são capazes de desenvolver uma identidade nova e assim modificar e estabelecer uma nova posição dentro da sociedade. Desta forma, há a busca não somente pelo estabelecimento – dentro dessa dinâmica social já formada – dessa nova identidade, mas também por uma modificação mais profunda de toda a estrutura social.

Diante desta conjuntura, os movimentos sociais muitas vezes se estabelecem no espectro que a autor chama de *identidade de resistência*, onde identidades colocadas em segundo plano graças a lógica da dominação, fazem com que os atores busquem construir mecanismos de sobrevivência fora do padrão societário. O feminismo, por sua vez, se desloca da posição de resistência e se estabelece como *identidade de projeto* ao se colocar no lugar de oposição ao patriarcalismo, buscando a modificação de instituições e organizações sociais, enfim, de toda a estrutura social – reprodução, produção, sexualidade, papel social – estabelecida historicamente.

A partir dessa construção identitária, percebe-se o surgimento de *sujeitos*, visto como atores sociais coletivos capazes de proporcionar aos indivíduos mudanças na experiência de vivência em sociedade, modificando e construindo um novo projeto:

“Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade, como no exemplo [...] de sociedade pós-patriarcal, resultando na libertação das mulheres, dos homens e das crianças por meio da realização da identidade das mulheres” (CASTELLS, 1999, p. 26).

Percebe-se, desta forma, um caminho passível a ser seguido. Identidades com bases de resistência podem se transformar em projetos e até mesmo em *identidades legitimadoras* de dominação dentro das instituições societárias. A criação de uma “identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil” (CASTELLS, 1999, p. 24), que se traduz em atores, instituições e organizações sociais que são capazes de reproduzirem uma identidade que *racionaliza* as bases da estrutura de dominação na sociedade. Ou seja, há, então, margem para uma modificação política baseada nessa construção identitária, nesta busca pela transformação social e estrutural completa.

Com efeito há o surgimento de uma separação entre as conceituações de sexo e gênero, sendo aquele entendido por características biológicas e este pela construção de papéis sociais e culturais destinados ao homem e à mulher e seus elementos de “masculinidade” e “feminilidade”. O gênero, desta maneira, expressa os feitos gerados pelo relacionamento entre homens e mulheres, que estão fundamentalmente baseados em desigualdades diversas, como poder político, papéis sociais exercidos e esperados, significados e expectativas de características determinadas.

Mesmo com essa diferenciação, percebemos discursos extremamente enraizados na dominação masculina e exclusão feminina dos lugares de poder. Desta forma, vemos que as dificuldades encontradas na atualidade são semelhantes aquelas encontradas nos discursos hegemônicos que delimitaram os debates sobre direitos reprodutivos, preocupação das ações estatais a fim de findar qualquer tipo de violência destinada às mulheres e pleno acesso equitativo aos recursos econômicos e à esfera política.

De fato, a busca pela equidade de gênero vem tomando espaço dentro dos meios acadêmicos, instituições, corporações e sociedade civil. Neste contexto, é necessário nos questionarmos quais mecanismos serão capazes de acelerar o processo de igualdade de gênero e se efetivamente vêm tendo o resultado esperado de transformação. Defendemos que o aparelho estatal e as organizações internacionais têm grande influência na elaboração de ações afirmativas para alcançarmos uma agenda política inclusiva para as mulheres.

O presente trabalho busca realizar um apanhado histórico, social e político de um país desenvolvido utilizando como marco temporal o período que abrange o pós-Segunda Guerra Mundial e delinear como, ou se, os movimentos de mulheres influenciaram/influenciam a realidade social e política na Alemanha. Desta forma, pois, investigar qual seria o papel das políticas públicas de gênero implementadas na sociedade que contribuíram e vêm contribuindo de fato para uma mudança no que tange maior inclusão e representatividade política feminina no país. Portanto, diante deste cenário, fazemos a seguinte pergunta: como o movimento social feminista do pós-Segunda Guerra Mundial na Alemanha influenciou no processo de maior representatividade feminina na política do país? Com o objetivo de responder essa pergunta, nós organizamos a presente pesquisa da seguinte forma:

O **Capítulo 1** servirá como uma parte introdutória voltada pra uma análise, sobretudo, histórica. Primeiramente, examinará brevemente a evolução dos movimentos sociais, em seguida focará na análise teórica e histórica do feminismo em todo o mundo, para finalizar

com os movimentos de mulheres no contexto Europeu. O conhecimento sobre a evolução das demandas feministas no decorrer da história e a contextualização feita em cada época são extremamente importantes para o reconhecimento do legado deixado pelo movimento e o entendimento do feminismo na contemporaneidade.

O movimento feminista é uma das principais manifestações sociais e assume caráter transformador dentro da sociedade, seja nas estruturas institucionais, ou nas relações sociais, na luta contra o patriarcado. Por ser um movimento múltiplo e diverso, apresenta várias vertentes que tentam englobar as demandas dos diferentes grupos de mulheres presentes na sociedade. Com isso, buscamos distinguir os diversos tipos de feminismos, com a intenção de expor a diversidade que é intrínseca ao movimento: Feminismo Liberal, Socialista, Marxista, Radical, entre tantos outros. Não é o propósito do trabalho, entretanto, especificar cada tipo de corrente teórica em profundidade, mas de formar um embasamento crítico as condições que levaram as mulheres no mundo a lutar por seus direitos.

A pesquisa objetiva realizar um estudo de caso focado na Alemanha, na evolução dos movimentos de mulheres no país, e na busca por maior representatividade política no contexto da sociedade baseada na dominação masculina. Portanto, o **Capítulo 2** procura fazer uma breve análise da história do feminismo na Alemanha, começando com a época do *Kaiserreich*, quando o feminismo no país deu seus primeiros passos; passando pela República de Weimar e a luta das mulheres em estabelecer um movimento que fugisse da condição social a elas forjada; indo em direção ao papel exercido pela mulher alemã durante a ocupação nazista e sua política anti-feminista; e por fim analisando o movimento e o papel da mulher dentro do contexto da Guerra Fria e da Alemanha dividida entre RFA e RDA, além da condição do feminismo na contemporaneidade.

Por conta da particularidade alemã no contexto da sua história fundamentada no pensamento nacionalista e expansionista, que culminou nos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, e no seu posicionamento central no cenário de tensões entre o Leste comunista e o Oeste capitalista, os movimentos feministas radical, socialista e moderado<sup>1</sup> ganham destaque. A Segunda Guerra Mundial foi um marco sem precedentes de mudanças na ordem internacional, e teve a Alemanha como um dos principais atores.

---

<sup>1</sup> Movimento extremamente específico do contexto alemão e da sua história nacionalista que culminou nos eventos da Segunda Guerra Mundial.

A política doméstica alemã não fica, pois, de fora desse quadro de intensas mudanças e o papel da mulher dentro da sociedade se modifica simultaneamente. No contexto feminino, nota-se a necessidade da ocupação das mulheres em funções antes reservadas somente para os homens – com o país em ruínas e grande parte da população masculina morta ou presa, coube às mulheres preencher essa demanda. A intensa entrada de mulheres no mercado de trabalho passa a ser determinante e vem então causar um enorme impacto social, tanto durante como depois da Segunda Guerra.

Entretanto, assim como as mulheres que estavam no mercado de trabalho formal, as que participaram da Guerra também não recebiam igual remuneração em relação aos homens. A guerra, de fato, teve o papel de aumento no valor social do trabalho feminino, mas as mulheres ainda recebiam menores salários, executando a mesma atividade. Ademais, a separação da Alemanha entre RFA e RDA trouxe enormes transformações no cenário social e político do país, inclusive na perspectiva da igualdade de gênero. Desta forma, este capítulo almeja analisar o papel das mulheres na reorganização e reconstrução da Alemanha, na luta pela igualdade de gênero e o legado deixado pela história na situação do feminismo contemporâneo.

Ao final, buscamos teorizar sobre a importância da representação política da mulher ressaltando a teoria do Feminismo de Estado, que objetiva trazer à luz a importância de incorporar as demandas relativas aos direitos das mulheres para dentro da estrutura estatal. Ademais nos sustentamos principalmente nas pesquisas de Lovenduski (2005a) para analisar questões sobre políticas de gênero baseando-se no contexto das WPAs (*Women's Policy Agencies*) e nos conceitos de representatividade descritiva e representatividade substantiva; e no trabalho de Dahleup (2005) ao examinar o estabelecimento de sistema de cotas e os argumentos utilizados contra e a favor da sua implementação.

Por último, o **Capítulo 3** fica reservado para a discussão específica do estudo de caso sobre a Alemanha, focando na representatividade política da mulher alemã (e sua evolução), nos partidos e suas políticas de gênero feitas para promover maior representatividade feminina, além da influência que as WPAs tiveram em relação aos debates relativos à representatividade política no país. Os debates desse âmbito concentraram-se em torno de questões específicas e os mais importantes aconteceram no contexto dos partidos políticos, demonstrando a importância deles dentro do contexto da Alemanha na elaboração de políticas de gênero. Por isso, baseados no artigo de Kamenitsa e Geissel (2005), focamos na análise

dos debates em torno do sistema de cotas do SPD (1977-1988); da Segunda Lei Federal de Direitos Iguais (1989-1994); e da reforma da Lei de Nacionalidade alemã (1998-1999).

Para concluir o capítulo, discutimos sobre o feminismo na contemporaneidade, no contexto do governo da primeira chanceler mulher da Alemanha, Angela Merkel, pertencente ao partido cristão conservador CDU. Merkel de fato adotou uma agenda em direção a políticas de promoção da igualdade de gênero no país? A representatividade da mulher avançou durante seus quatro mandatos e 13 anos no poder? Procurando responder esses questionamentos, utilizamos como base, principalmente, a pesquisa de Mushaben (2017).

Para que haja uma efetiva análise dos fatos ocorridos nesse processo é necessária uma abordagem metodológica mista, com o objetivo de investigar acontecimentos, processos e instituições que contribuem na elaboração de políticas públicas de gênero. Por conta do contexto extremamente institucionalizado do movimento feminista alemão e da necessidade de lutar por demandas neste cenário inserido no âmbito estatal, estruturamos a pesquisa no Feminismo de Estado, nas WPAs e na força da sociedade civil no país.

Será necessário também a utilização de dados estatísticos para observar o crescente empoderamento da mulher na Alemanha e a evolução da representatividade feminina principalmente na política do país. Por fim, nossa pesquisa será baseada em cima de dados quantitativos ao analisar historicamente a condição das mulheres na sociedade alemã, o resultado da adoção de políticas públicas de gênero e da implementação do sistema de cotas, além de, através de um arcabouço teórico, proporcionar um exame a cerca da real situação das mulheres alemãs quanto sua representatividade política.

A pesquisa se mostra extremamente relevante para os estudos das Relações Internacionais, já que expõe uma experiência empírica e contemporânea. O estudo de caso está inserido dentro de uma perspectiva interseccional de gênero, trazendo um contexto especial onde em termos legais percebemos uma situação de igualdade de direitos, mas no contexto social e cultural essa realidade ainda está muito distante. À medida em que a Alemanha possui a quarta maior economia mundial, alto padrão de vida e se apresenta como um ator essencial no contexto da UE e líder científico e tecnológico em diversos domínios, a análise de como é ter a frente do governo uma mulher e se isso realmente indica avanços para a situação das mulheres dentro do país, aparece com extrema importância.



## CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS SOCIAIS E IGUALDADE DE GÊNERO

### 1.1 Uma breve análise histórica dos movimentos sociais

Na presente discussão sobre movimentos sociais feministas, se faz necessário em primeiro plano, o entendimento e a própria conceituação do que seria o movimento social em si e sua importância para a sociedade. Segundo a socióloga Maria da Glória Gohn (2008), os movimentos sociais seriam traduzidos em ações sociais coletivas de essência sócio-política e cultural que dão possibilidade a diferentes formas de uma população se organizar e expressar suas demandas. Quando analisados na prática, essas formas se utilizam de diferentes tipos de estratégias, que passam pela denúncia, pressões diretas – como mobilizações, marchas, passeatas, distúrbio à ordem vigente, negociações – e pressões indiretas.

Os movimentos sociais sempre existiram e existirão devido ao seu caráter de representação de forças sociais organizadas, sendo fontes que geram inovações socioculturais. Neste sentido, as demandas surgidas das dificuldades cotidianas dão sentido, junto com a criação da memória trazida de forças do passado, às lutas do presente. “[Os movimentos sociais] expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em ‘fazeres propositivos’” (GOHN, 2011).

Segundo a autora, é nessa perspectiva que os movimentos sociais se ocupam em realizar diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas para essa melhoria, sempre agindo com resistência à exclusão e lutando pela inclusão social. Há, com efeito, a construção e o desenvolvimento do empoderamento dos sujeitos dentro da sociedade civil organizada, justamente a partir dessa criação de atores sociais participantes e ativos.

Como esclareceu Melucci (1996), são criadas, desta forma, identidades específicas para diferentes grupos que antes se encontravam desorganizados, gerando em seus membros, um intenso sentimento de pertencimento social. Ou seja, deixam de se projetar no papel de excluídos, passando a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo, gerando, desde o início, esse empoderamento – que vai ser gradual.

Gohn (2011) expõe que questões como a diferença e a multiculturalidade<sup>2</sup> têm sido incorporadas na contemporaneidade para a conceituação e para a própria construção (ou reconstrução) da identidade desses movimentos. Há, portanto, uma ressignificação dos conceitos já incorporados anteriormente de igualdade, fraternidade e liberdade. Além disso, os

---

<sup>2</sup> “Coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio de sociedades ‘modernas’” (SANTOS; NUNES, 2003, p. 26 apud KRETZMANN, 2007, p. 14).

movimentos sociais são capazes de exercer – e têm exercido – a tarefa de redefinirem a esfera pública, realizando parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, tendo grande poder de controle social e construindo modelos de inovações sociais.

Nos últimos séculos, a temática envolvendo os movimentos sociais vem se colocando cada vez mais em evidência no que tange o cenário internacional. Essa discussão aparece, principalmente, com o objetivo de investigar problemas dentro da sociedade e o de determinar algumas diretrizes para a mudança de um quadro visivelmente desigual. A partir dos anos 2000, os movimentos sociais viram a integração de vertentes não mais exclusivamente voltadas para questões de emancipação social, – como era predominante nos anos 1990 – mas perceberam a incorporação de perspectivas voltadas para a inclusão social sendo colocadas como temas cada vez mais em voga.

A partir dessa alteração nos padrões de análise, criaram-se novos conceitos que pudessem responder por essas novas dinâmicas, como por exemplo, a noção de responsabilidade social, protagonismo social e empoderamento. A perspectiva cultural, no tocante aos movimentos sociais reconhece um crescimento a partir desse novo milênio, tanto dentro como fora da América Latina. Há, neste sentido, um processo de reflexão, onde os sujeitos participantes constroem sentidos e significados para suas ações através do próprio agir coletivo (GOHN, 2011).

O que se vê claramente é a tomada de aspectos subjetivos e abordagens culturais como temáticas centrais das principais análises teóricas neste contexto. O movimento social de mulheres surge da mesma forma, e vai também se transformando ao longo do tempo, mostrando uma, cada vez maior, solidificação no debate em torno da desigualdade de gênero.

## **1.2 Feminismo: teoria e história**

De fato, com o passar do tempo as mulheres vêm conseguido angariar mais privilégios em várias esferas da sociedade, mas ainda assim permanecem em uma posição à mercê da dominação masculina – que é intensa e subjetiva – em fatias da organização social, como no que tange o acesso à educação, espaço no mercado de trabalho, além de direitos políticos e sociais. Essa dinâmica se mostra extremamente complexa, custosa e difícil de ser desconstruída, visto que a desigualdade de gênero está arraigada a paradigmas bastante profundos, sendo um problema social histórico. O feminismo, pois, coloca em debate a própria sustentação das hierarquias sociais e do funcionamento das instituições, problematizando como as relações de gênero se organizam e contribuem para uma forma desigual de perceber o mundo (MIGUEL e BIROLI, 2014).

Afim de compreender essa desigualdade de gênero enraizada em nossa sociedade, se faz necessário a busca pelo entendimento do conceito de *Outro*, visto que a alteridade se mostra como categoria fundamental da existência humana<sup>3</sup>. Na perspectiva de Simone de Beauvoir (1970), reconhecer-se é essencialmente negar o outro, no sentido não de exclusão, mas de percepção dessa alteridade. Ela se utiliza do que chama de moral existencialista para instrumentalizar esta ideia, onde o corpo é concebido como sujeito de experiência, e não somente como objeto de estudo.

Assim, Beauvoir compreende que dentro da sociedade, os indivíduos são divididos a partir do corpo enquanto organismo. Como ela categoriza em sua obra *O Segundo Sexo* de 1949, a distinção entre o masculino e o feminismo é construída a partir dessa divisão. Segundo a autora, essas categorias são historicamente reinterpretadas e ressignificadas, e essas interpretações influenciam diretamente na posição da mulher perante a sociedade, que é colocada em uma situação de submissão, dominação e inferioridade em relação ao homem.

Para Beauvoir, a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem:

“A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

E, justamente por ser vista a partir dessa perspectiva, lhe é confinado um papel de submissão que abrange significações hierarquizadas dadas.

“A oposição feminino/masculino é exemplificativa de uma visão dicotomizada do real, apelando para outros pares de opostos como é o caso de natureza/cultura, corpo/espírito, objeto/sujeito, etc. São dicotomias que envolvem uma hierarquia valorativa pois há um dos elementos do binómio que comanda e determina o que deve ser. A diversidade que envolve estes pares de opostos, mais do que uma diferença é um diferendo. Se a oposição homem/mulher se justifica a partir do biológico, a diferença masculino/feminino tem uma carga cultural muito forte, prendendo-se com um imaginário, com uma ideologia, com representações que determinam nitidamente aquilo que é característico de homens e aquilo que cabe às mulheres, identificando-se com as normas dominantes (embora variadas) das diferentes sociedades” (FERREIRA, 2010, p. 140-141).

---

<sup>3</sup> “Nenhuma coletividade se define nunca como *Uma* sem colocar imediatamente a *Outra* diante de si” (BEAUVOIR, 1970, p. 11).

Fundamentado no descontentamento frente a esta situação de dominação masculina, surge o movimento feminista e suas vertentes ao longo da história. O feminismo é considerado um dos movimentos sociais de maior peculiaridade, protagonizando uma posição de movimento plural, multifacetado e complexo em suas demandas e ramificações.

Isto porque apresenta diferentes pleitos, reivindicações e insatisfações dentro do próprio escopo, fazendo com que distintos vieses sejam englobados num mesmo movimento, por estarem unidos por um objetivo final em comum: a emancipação da mulher perante uma sociedade baseada no patriarcado. O conceito de patriarcado aqui é utilizado para definir o sistema de dominação dos homens perante as mulheres, revelando toda uma dinâmica social que não se restringe apenas a esfera familiar, ao contexto trabalhista, a mídia ou a política, mas que está enraizada “no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (CASTELS, 1999; MORGANTE e NADER, 2014, p. 3).

A noção de feminismo está fundamentada na elaboração de julgamento perante a submissão da mulher em relação a posição do homem na sociedade e sua exclusão na esfera pública. Portanto, é possível achar princípios desta perspectiva muito antes de se pensar em um movimento propriamente dito. Segundo Miguel e Biroli (2014), depara-se com ideias que buscam o enfrentamento da dominação do homem na sociedade desde o período da Grécia Antiga. Na Idade Média, Cristina de Pizán representa significativa relevância para a base de pensamento feminista em seus trabalhos, destacando-se com a obra *La ciudad de las damas* (1405), ela busca demonstrar que a submissão da mulher parte de um viés não biológico e inerente, mas das condições sociais a elas impostas.

O movimento feminista como organismo político e intelectual surge no final do século XVIII e início do século XIX. Ao esbarrar-se com a rejeição pelos direitos das mulheres no contexto da Revolução Francesa – estimulada, sobretudo, pelo pensamento filosófico de Rousseau, que defendia o confinamento da mulher ao papel doméstico, negando sua liberdade frente a defesa da liberdade dos homens –, a perspectiva feminista começa a conquistar maior espaço (SOUZA, 2014).

Vista por alguns como a fundadora do feminismo, Mary Wollstonecraft<sup>4</sup> surge com significativas considerações sobre a emancipação da mulher no contexto dessa negação imposta pela Revolução Francesa. Ela, pois, alia os ideais da época com a busca pela autonomia feminina, utilizando-se de uma abordagem considerada radical até então. Manifesta-se, assim, a *Primeira Onda do Feminismo* – com a nascimento do “feminismo

---

<sup>4</sup> Mary Wollstonecraft viveu entre 1759 e 1797. Sua obra de mais destaque foi publicada em 1792 com o título *Uma vindicação dos direitos da mulher*.

liberal” – alicerçada na busca pela educação das mulheres, sufrágio universal e igualdade no casamento (no que tange os direitos civis da mulher), instigando, com efeito, a estruturação de uma teoria política feminista. Em sua obra, a autora argumenta pelo estabelecimento da educação da mulher em equidade da dos homens, fazendo com que sejam ensinadas sobre filosofia, lógica e matemática, para que possam reverter o quadro de dominação e exploração masculina e sejam capazes de possuir independência econômica e representação política (MIGUEL e BIROLI, 2014; NYE, 1995).

Wollstonecraft assim como Stuart Mill<sup>5</sup> aparecem como principais personagens do feminismo liberal. Com efeito, essa onda do feminismo é comumente vista por ignorar a perspectiva de classe, visto que os temas classe e raça são majoritariamente escanteados e pouco desenvolvidos quando comparamos com outras ondas do feminismo. Entretanto, é importante salientar a preocupação de algumas autoras em destacar essa condição. Líderes sufragistas como Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony e Harriet Taylor Mill<sup>6</sup>, tem notória relevância na luta a favor da abolição da escravidão, que era frequentemente colocada em comparação com uma existente “escravidão feminina” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p. 22).

Inseridas neste contexto e de forma paralela, diferentes vertentes do feminismo irão encontrar embasamento de acordo com visões ideológicas distintas de mundo e sociedade. Há, neste sentido, o surgimento do Feminismo Marxista, que fundamenta o papel da mulher na sociedade a partir das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels<sup>7</sup>, Clara Zetkin<sup>8</sup>, Alexandra Kollontai<sup>9</sup> e Emma Goldman<sup>10</sup>. Essa visão buscou destacar dentre o movimento socialista, a defesa do movimento de mulheres, advogando a igualdade de direitos e a da luta das mulheres

---

<sup>5</sup> John Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista britânico, foi um dos mais conhecidos defensores do liberalismo político e apoiador do sufrágio universal, além de casado com Harriet Taylor.

<sup>6</sup> Harriet Taylor (1807-1858), filósofa e defensora dos direitos das mulheres e membro original da *Sociedade Kensington* (organismo elaborador da primeira petição a favor do sufrágio universal). Ela apoiava o aniquilamento das limitações quanto a participação política da mulher e a escolha individual de suas profissões como forma de eliminar a desigualdade de gênero e promover não somente o fim da discriminação, como também o desenvolvimento e evolução da sociedade como um todo. Sua obra de maior relevância foi escrita em conjunto com Stuart Mill, publicada em 1851, com o título *Essays on Sex Equality*.

<sup>7</sup> Ideias destacadas na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de 1884, onde a submissão da mulher é desvinculada do natural e vinculada ao social.

<sup>8</sup> Revolucionária e porta-voz da luta pela libertação da mulher proletária (1857-1933), lutou pela inclusão dos direitos políticos das mulheres dentro do movimento operário.

<sup>9</sup> Primeira ministra e embaixadora da Europa após a Revolução Russa, contribuindo grandemente na evolução dos direitos das mulheres antes do período stalinista (1872-1952).

<sup>10</sup> Anarquista nascida entre 1869-1940, argumentava que o sufrágio universal e o feminismo liberal burguês eram classicistas e não promoviam a liberdade feminina, “apenas inseriam de um novo modo na mesma ordem social opressiva” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p.24).

sobre a égide do enfrentamento do proletariado no sistema capitalista<sup>11</sup>. Com efeito, a exploração da mulher teria surgido com a adoção da acumulação de capital e o surgimento da propriedade privada, portanto a luta do feminismo liberal burguês vinha mascarar a opressão da mulher trabalhadora (HAMILTON, 2007; ALVAREZ, 2011).

Por sua vez, o Feminismo Socialista coloca lado a lado a crítica ao sistema capitalista e às relações entre os sexos. Nesta concepção, ainda que o capitalismo fosse superado, a mulher continuaria em uma posição de opressão no âmbito doméstico – esta visão coloca em cheque o conceito de família tradicional e o papel submisso da mulher dentro dessa conjuntura.

“[Segundo Christine Delphy (1981)] Para as feministas socialistas a opressão das mulheres se deve, em última instância, ao capitalismo, e seus beneficiários são os capitalistas, enquanto para as feministas radicais a opressão feminina deve-se a um sistema diferente e original – o sistema patriarcal – e seus beneficiários são os homens como uma categoria social” (MORGANTE e NADER, 2014, p. 2).

Essa vertente se fundamenta no trato de temas como a educação da mulher como progresso das classes trabalhadoras; a transformação da instituição da família a partir da condenação do celibato e do matrimônio indissolúvel; e a emancipação feminina a partir de seu poder de produção e independência econômica. Em meados do século XX, percebe-se uma lenta modificação de preocupações materiais, que envolvem aspectos básicos da vida (comida, saúde, ordem social, segurança física) para valores pós-materiais, que englobam conceitos mais complexos, como liberdades civis, meio-ambiente, satisfação no emprego, participação política e comunitária, liberdade de expressão e qualidade de vida.

É neste contexto pós-materialista, tendo seu início na década de 60, que podemos posicionar a *Segunda Onda do Feminismo*, estabelecendo-se como uma etapa que buscava consolidar os direitos políticos adquiridos na *Primeira Onda das Sufragistas* – colocando-se assim como uma continuação desta – e combater as desigualdades sociais e culturais entre homens e mulheres. A segunda onda do movimento, também conhecida como “neofeminismo” aparece fundamentada numa perspectiva de busca pelo fim da discriminação e pela igualdade de gênero, e vem acompanhada pelo famoso slogan “o pessoal é político”<sup>12</sup>, onde se enfatiza a ideia de que a desigualdade entre os sexos é um problema social, mais do que um problema meramente particular (ALVAREZ, 2011; HANISCH, 1969).

<sup>11</sup> Disponível em: <[www.averdade.org.br/2011/11/clara-zetkin-lutadora-pela-libertacao-da-mulher-trabalhadora](http://www.averdade.org.br/2011/11/clara-zetkin-lutadora-pela-libertacao-da-mulher-trabalhadora)>. Acesso em 01/03/2018.

<sup>12</sup> Disponível em: <[www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html](http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html)>. Acesso em 27/02/2018.

“All of the other social changes movements that were going on at that time [1960’s] led to the women’s movement. They gave rise to women’s consciousness of a need to operate on an equal basis”<sup>13</sup>. Esse movimento instigante foi tomando então o Ocidente e em particular os Estados Unidos, e procurava modificar todo o paradigma no que tange a forma de interação social entre homens e mulheres. A obra *A mística feminina*, de Betty Friedan, baseada nessa onda do movimento, questionava a infantilização feminina, que essencialmente teria a posição social estabelecida e fixa de exercer o papel somente de esposas, mães e donas de casa (MIGUEL e BIROLI, 2014; FRIEDAN, 1971).

O NOW (*National Organization of Women*), fundado em 1966 nos EUA, emergiu desse contexto de reivindicações. Sua principal pauta era voltada para o mercado de trabalho e para a luta contra a discriminação laboral. Neste recorte histórico, as mulheres recebiam salários aquém de suas qualificações e, em contrapartida, eram sobrecarregadas de trabalho – o NOW apareceu para ajudar e ensinar essas mulheres como lutar pelos seus direitos dentro das empresas em que trabalhavam e contra a discriminação laboral de gênero.

Voz latente deste movimento, Kate Millet escreveu em sua obra “*Sexual Politics*”, em 1970:

“There are a vast number of women who are beginning to wake out of the long sleep that is known as cooperation of one’s own oppression and self-denigration and they are banding together to make the beginnings of a new and massive women’s movement in America and in the world, to stablish true equality between the sexes, to break the old machine of sexual politics and to replace it with a more human and civilized world for both sexes, and to end the present system’s oppression of men as well as of women”.<sup>14</sup>

Um dos pilares das demandas feministas desta época foi a luta pelo acesso a creches como base de uma sociedade onde a mulher reivindica cada vez mais espaço dentro do mercado de trabalho. “One of the earliest battles was for child care. It’s in NOW statement of

---

<sup>13</sup> Documentário *She’s Beautiful When She’s Angry*, 2014.

Tradução livre: “Todos os outros movimentos de mudanças sociais que estavam acontecendo naquela época [1960] levaram ao movimento das mulheres. Eles deram origem à consciência das mulheres de uma necessidade de operar em uma base igualitária”.

<sup>14</sup> Tradução livre: “Há um vasto número de mulheres que estão começando a acordar do longo sono que é conhecido como a cooperação da própria opressão e auto depreciação, e elas estão se unindo para fazer o começo de um novo e massivo movimento de mulheres na América e no mundo, para estabelecer a verdadeira igualdade entre os sexos, para romper a velha máquina da política sexual e substituí-la por um mundo mais humano e civilizado para ambos os sexos, e acabar com a opressão atual dos homens e das mulheres”.

purpose. Women could not hold jobs and be promoted until society recognized its obligation to help take care of our children”<sup>15</sup> (SHE’S..., 2014).

Outro importante aspecto da luta feminista se mostra no esforço feito pela luta contra a violência sexual contra a mulher. No período em questão, a sociedade ainda via o estupro como um crime passional, além de comumente responsabilizar a vítima por tal. É a partir da segunda onda do movimento, trazendo o slogan “Rape is a political crime against women”<sup>16</sup>, que essa visão começa a ser modificada. Era extremamente frequente a culpabilização da vítima de violência sexual perante um julgamento em tribunal. O estupro era visto como um crime que se dava pelo fato do homem não ser capaz de controlar ou satisfazer de outra maneira seus fortes instintos sexuais. É somente com o movimento feminista que a ideia de estupro começa a ser considerada não como crime passional, mas como crime motivado pelo poder, dominação e opressão (SHE’S..., 2014).

Em parte, a diferença entre a frente de libertação das mulheres e os grupos de meia-idade e classe-média do movimento se demonstrava no interesse pelas questões da sexualidade feminina e libertação pessoal. É importante perceber que temas como violência sexual, aborto, sexualidade e homoafetividade foram pautas levantadas pelo Feminismo Radical. Esta vertente foi pioneira na argumentação de que as necessidades emocionais e sexuais das mulheres deveriam ter tanta importância quanto as dos homens. O destaque vem da criação de grupos de autoconsciência, onde eram compartilhadas histórias pessoais de opressão no âmbito doméstico, imposição da feminilidade e da maternidade, por exemplo. Assim foi-se percebendo que o problema da opressão da mulher era uma questão social e não privada<sup>17</sup> (ALVAREZ, 2011; CASTELLS, 1999; HANISCH, 1969).

Importantes obras podem ser colocadas em destaque neste período do movimento feminista. O livro *Our bodies, Ourselves* (1971)<sup>18</sup>, que falava sobre saúde e sexualidade da mulher foi um deles, tratando de temas como o aborto, métodos contraceptivos, sexualidade, anatomia, identidade de gênero, homoafetividade, etc. O livro *Sisterhood is Powerful* (1970), de Robin Morgan, também merece referência. Numa passagem contida no livro, Roxanne

---

<sup>15</sup> Citação de Muriel Fox. Tradução livre: “Uma das primeiras batalhas foi sobre creches. Está na declaração de propósito do NOW. As mulheres não podiam ter empregos e serem promovidas até que a sociedade reconhecesse sua obrigação de ajudar a cuidar de nossos filhos”.

<sup>16</sup> Tradução livre: “O estupro é um crime político contra as mulheres”.

<sup>17</sup> Disponível em: <[www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html](http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html)>. Acesso em 02/03/2018.

<sup>18</sup> Produzido pela organização sem fins lucrativos *Our Bodies Ourselves* (originalmente chamada de *The Boston Women's Health Book Collective*).



Dunbar<sup>19</sup> escreveu: “I am a revolutionary, I am a feminist. There is no possibility for me to be liberated except that all women be liberated, and that means power and control on a political, economic level. Having had nothing, I will not settle for crumbs”<sup>20</sup>.

Como o feminismo surgiu inicialmente a partir de um fenômeno social historicamente situado, representativo das demandas de mulheres provenientes das sociedades ocidentais e fundado por mulheres brancas dos setores médios, com efeito, questões que envolviam perspectivas raciais foram deixadas de lado. Na conjuntura da *Terceira Onda* do movimento, percebe-se agora uma tentativa de sanar as lacunas deixadas pela última etapa, preocupando-se agora também com as realidades e demandas de grupos minoritários inseridos no contexto feminista.

Essa terceira onda, iniciada na década de 1990, passa a ter uma abrangência cada vez maior dentro da sociedade, tanto no contexto local onde é discutido, como num âmbito internacional, podendo-se perceber cada vez mais o aumento no número de grupos de estudos e pesquisas ligadas à temática no mundo todo. Ademais, o desenvolvimento tecnológico – com a popularização da televisão e da internet – e o processo de globalização como um todo, impulsionaram em grande escala o compartilhamento da perspectiva feminista numa dimensão global. A combinação destes aspectos vai permitir, a partir da segunda metade do século XX, a emergência do pensamento feminista como diretriz para uma reformulação e reconstrução de um pensamento ocidental, ligando essa concepção à noção de contemporaneidade.

“O desafio de compreender a reprodução das desigualdades de gênero em contextos nos quais, em larga medida, prevalecem direitos formais iguais levou a reflexões e propostas que deslocam os entendimentos predominantes na teoria política” (MIGUEL e BIROLI, 2014).

Não se pode definir como equivalentes as diretrizes e perspectivas do movimento feminista europeu da década de 1980 com as do início deste novo século. Percebe-se um processo de socialização da identidade construída, sendo elas, como elucida Hobsbawm, múltiplas, combinadas e intercambiáveis. Há, com efeito, uma mudança na realidade dos

---

<sup>19</sup> Feminista radical e autora do artigo *Female Liberation as the Basis for Social Revolution*, publicado no livro *Sisterhood is Powerful*.

<sup>20</sup> Documentário *She's Beautiful When She's Angry*, 2014.

Tradução livre: “Eu sou revolucionária, sou feminista. Não há possibilidade de eu ser libertada, exceto que todas as mulheres sejam libertadas, e isso significa poder e controle em um nível político e econômico. Não tendo nada, não vou me contentar com migalhas”.

movimentos sociais, influenciada tanto pelo crescimento econômico como pelas transformações de valores e da perspectiva individual e social no mundo como um todo.

A discussão sobre os movimentos sociais, a partir da última década, vem transpassando os portões da academia e se entrelaçado com diversos grupos de interesse, como ONGs e entidades do 3º setor, além de organizações do poder público, que vêm essencialmente buscando criar pesquisas empíricas sobre o tema, com o objetivo primeiro de agregar dados para dar vazão às diretrizes, planos e projetos de intervenção na realidade social (GOHN, 2011). Até a década de 90, a questão feminista nas Relações Internacionais era quase inexistente. Os conflitos étnicos irrompido nos anos 1990, que utilizavam, em larga escala, o estupro de mulheres como arma de guerra – limpeza étnica – e o processo de globalização e aumento dessa discussão na academia, trouxe à tona a necessidade de se colocar as questões de gênero em discussão.

Quando partimos para o enfoque das questões de gênero dentro da disciplina, percebemos uma clara exclusão desse tema. Os debates na área sempre foram focados na alta e a baixa política, distinção entre questões de poder, segurança e sobrevivência, excluindo o feminismo da querela. Com efeito, as discussões eram tratadas como neutras e objetivas, não sendo possível que questões de gênero tivessem espaço. Não obstante, tanto na academia como na política, eram justamente homens que tratavam sobre o temas de segurança e sobrevivência e esse comportamento baseado na masculinidade é percebido em todo o pensar e agir nas discussões sobre Relações Internacionais – treinamentos militares, estratégias de defesa nacional, discursos políticos – fazendo-se notar uma disciplina fundamentada pelo gênero (NOGUEIRA e MESSARI, 2005; SYLVESTER, 1994).

O feminismo nas Relações Internacionais vem para questionar essa presumida neutralidade em relação ao gênero. Apesar de definidas por Keohane (1988) como pertencente à teoria crítica das Relações Internacionais, a perspectiva feminista é extremamente abrangente e engloba diversas vertentes teóricas. Essas diferenças estão em vários tópicos, tendo como principal discussão as formas alternativas de soberania. Enquanto “o chamado *ponto de vista feminista* sustenta a posição segundo a qual as mulheres de forma geral — e as feministas em particular — podem produzir políticas diferentes e, por isso mesmo, podem providenciar um soberano diferente” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.226).

Por sua vez, as feministas pós-modernas, rejeitam essa ideia e também a ideia de posições dominantes na disciplina, trazendo uma solidariedade de gênero, onde recusa a dominação de um gênero pelo outro. No contexto das feministas da teoria crítica, a ideia de discussão sobre gênero se desenvolve como emancipatória, oferecendo uma forma de pensar

distinta da tradicional. Já as feministas com enfoque construtivista argumentam que este viés fornece instrumentos analíticos capazes de englobar o feminismo nas discussões da disciplina, já que há um enfoque nas questões sobre identidades e instituições fundamentadas no argumento da construção social (KEOHANE, 1988; NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

“Uma das áreas de maior atuação do movimento feminista tem sido o estudo da globalização. A condição feminista encontrou na globalização uma área de atuação para exercer seu projeto de resistência. De fato, se prévias gerações do movimento feminista eram centradas na agenda e nas prioridades das feministas ocidentais, a globalização apresentou às vertentes feministas críticas a oportunidade de articular movimentos de resistência e de solidariedade no nível global” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 227).

Para Peterson (2004), a questão do gênero é uma categoria analítica sistemática que diz respeito às construções sociais de ideias de masculinidade e feminilidade – tendo aquela, caráter privilegiado, enquanto esta, caráter de submissão – e os efeitos ideológicos que essas construções concedem para cada categoria e para a sociedade. Ele advoga, pois pela desconstrução da dominação institucionalizada do homem em detrimento da mulher, que é legitimada pela hegemonia do pensamento masculino nas relações econômicas, políticas, militares e religiosas. Com efeito, é necessário, antes de tudo, o abandono da própria estrutura hierárquica que sustenta essa situação de submissão e opressão.

### 1.3 Os movimentos de mulheres na Europa

No desenvolvimento de um breve histórico sobre o feminismo na Europa, segundo Álvarez (2011), percebe-se a divisão de três grandes blocos: feminismo pré-moderno; feminismo moderno e os grandes movimentos sociais do século XIX; e o feminismo contemporâneo. A *polêmica feminista* contida no período do movimento denominado de pré-moderno surge ainda no passado clássico, onde as concepções de religião, lei e ciência levam à afirmação de uma inferioridade da mulher em relação ao homem. Apesar do Renascimento europeu ter trazido uma transformação do paradigma humano para um estado de autonomia, as mulheres não faziam parte dessas mudanças. Porém, a exaltação da beleza, pensamento e inteligência renascentistas também tiveram consequências para as mulheres, onde a expansão da educação acabou incitando diversos debates sobre os papéis dos sexos na sociedade<sup>21</sup>.

Na Inglaterra do século XVII, o movimento puritano deu lugar a certas seitas que admitiam que o espírito santo podia se expressar pelas mulheres, concedendo-as caráter de

---

<sup>21</sup> Aparece aqui com destaque a obra *La ciudad de las damas* (1405), de Christine de Pisan.

indivíduo. As *mulheres individualistas* acabaram sendo constantemente acusadas de bruxaria e executadas em fogueiras públicas. Nesse mesmo século na França, foram surgindo novas normas e valores sociais, onde as mulheres foram protagonistas do movimento literário-social *Preciosismo*, impondo normativas a novos estilos amorosos – campo nunca antes explorado pelas mulheres.

O segundo grande bloco do feminismo, o feminismo moderno<sup>22</sup>, se desenvolveu durante a Revolução Francesa, onde o texto de Poulain de la Barre, *Sobre a igualdade dos sexos* (1673) – exatamente no auge do Preciosismo – seria a primeira obra feminista explícita baseada na necessidade de igualdade entre os sexos. Devido ao contexto histórico iluminista, a autora concebe um *sujeito revolucionário coletivo*, com argumentos de liberdade e igualdade entre todos os homens, conferindo assim, uma universalidade que pode ser aplicada para irracionalizar premissas do patriarcado (*apud* ALVAREZ, 2011).

Apesar da estruturação de diversos clubes de mulheres e esforços de articulação feminista durante a Revolução Francesa, em 1795 todos os clubes já estavam fechados e foi proibido o envolvimento de mulheres em qualquer tipo de atividade política, com consequência de exílio e até guilhotina, com o argumento de que essas mulheres estariam “transgredindo as leis da natureza abjurando de seu destino de mães e esposas, querendo ser *homens de Estado*” (ALVAREZ, 2011, p. 6).

Os grandes movimentos sociais emancipatórios do século XIX se baseiam nas ideias igualitárias do iluminismo, mas buscam elaborar respostas mais imediatas às problemáticas da revolução industrial e do capitalismo, como o papel de degradação e miséria do proletariado e especialmente das mulheres proletárias. Enquanto o novo sistema econômico inseria as mulheres no proletariado como mão de obra mais barata que os homens, confinava as mulheres burguesas ao lar, numa situação de propriedade do marido, marginalizando a educação e as profissões liberais.

Surgiu assim, o movimento sufragista, com a premissa de que a partir do direito de voto e acesso ao parlamento, as mulheres teriam a possibilidade de mudar também leis e instituições sociais. Apesar de na Europa o movimento sufragista ter tido mais força, especialmente na Inglaterra, onde haviam esforços a favor do voto feminino desde a década de 1860<sup>23</sup>, apenas após a Primeira Guerra, em 1928, as mulheres inglesas passaram a votar em igualdade de condições.

---

<sup>22</sup> Ou feminismo liberal, pertencente a *Primeira Onda do Feminismo*.

<sup>23</sup> Em 1866, Stuart Mill (então deputado), apresentou a primeira petição a favor do voto feminino no Parlamento.

O feminismo contemporâneo começa a partir da *Segunda onda do Feminismo*, já nos anos 60 e 70, onde apesar da conquista do direito de voto e de diversas reformas terem resultado em uma “sociedade legalmente quase-igualitária”, colocava como prioridade agora a revolução na compreensão da realidade opressora, que designava a realização pessoal das mulheres através do papel prioritário de mãe e esposa, culpabilizando aquelas que não eram felizes com essa categorização social (ALVAREZ, 2011, p. 12).

Quando essa fase do feminismo surgiu, os países capitalistas já avançados – *o Norte* – estavam num estado de *welfare* próspero, criando uma extensa classe média consumista. Nos anos 1960, houve uma erupção internacional de jovens radicais que tomaram as ruas para reivindicar seus direitos<sup>24</sup>. “Soon they began to question core features of capitalist modernity that social democracy had heretofore naturalized: materialism, consumerism, and ‘the achievement ethic’; bureaucracy, corporate culture, and ‘social control’; sexual repression, sexism, and heteronormativity”<sup>25</sup> (FRASER, 2013, p. 3).

A década de 70 trouxe contradições de universalidade de princípios e raízes sexistas, racistas, classistas e imperialistas, dando espaço para o desenvolvimento de movimentos sociais radicais, incluindo os movimentos feministas “político” e “social”, onde o primeiro via a opressão como sistemática, com a libertação a partir dos processos políticos de esquerda; e o segundo via a esquerda como mais um meio de opressão onde o homem sempre se encontrava no papel de beneficiário<sup>26</sup>. As divergências dentro do movimento feminista radical dos anos 70, acabou motivando na Europa, principalmente na França e na Itália, o surgimento de movimentos que defendiam a diferença sexual (ALVAREZ, 2011; FRASER, 2013).

O feminismo francês se baseia na construção de uma identidade inconsciente exclusivamente feminina, onde nomes como Annie Leclerc, Hélène Cixous e Luce Irigaray, criticavam o feminismo igualitário por terem um entendimento de que colocar os homens e as mulheres em patamares fundamentalmente igualitários, seria desconsiderar o paradigma da dominação patriarcal da sociedade – porém o movimento acabou tomando um rumo excessivamente fechado em si mesmo, com referências ocultas e muita oposição.

---

<sup>24</sup> Lutando contra temas como a Guerra do Vietnã e os conflitos de segregação racial manifestados nos EUA.

<sup>25</sup> Tradução livre: “Logo começaram a questionar as características centrais da modernidade do capitalismo que a socialdemocracia havia até então naturalizado: o materialismo, o consumismo e a ‘ética da conquista’; burocracia, cultura corporativa e ‘controle social’; repressão sexual, sexismo e heteronormatividade”.

<sup>26</sup> “Outra característica comum dos grupos radicais foi o exigente impulso igualitarista e anti-hierárquico: (...) se traduzia em que mulheres sem a mínima experiência política e recém-chegadas ao feminismo se encontravam na situação de poder criticar duramente por ser “elitista” uma líder com a experiência militante e potência teórica. (...) O que aconteceu foi que a maior parte das líderes foram expulsas dos grupos que haviam fundado” (ALVAREZ, 2011, p. 16).

O feminismo italiano é influenciado pelo francês e aborda os debates acerca da descriminalização do aborto – aprovada em 1977 – e propostas de lei sobre violência sexual. Ele critica o feminismo reivindicativo, que considera vitimista e alheio à pluralidade de experiências entre as mulheres; e a condição da igualdade legal dos sexos, mas disparidade na prática; além de propor a produção efetiva da libertação do desejo feminino voltado para a autoestima, onde é clara a ideia de que a liberdade de pensamento se dá através da concepção de diferença sexual.

Apesar do furor e expressividade que o feminismo dos anos 70 ofereceu, uma grande onda de ultraconservadorismo é evidenciada nos anos 80 – encoberta pela queda do comunismo no Oriente –, havendo, assim, uma profunda transformação no movimento, que foi de grandes gestos e manifestações à novas formas de organização política feminina, maior visibilidade das mulheres e suas questões públicas. A atualidade, portanto, trata de questões como a igualdade salarial, política de creches públicas e medidas frente à violência.

“With social democracy on the defensive, efforts to broaden and deepen its promise naturally fell by the wayside. Feminist movements that had earlier taken the welfare state as their point of departure, seeking to extend its egalitarian ethos from class to gender, now found the ground cut out from under their feet. No longer able to assume a social-democratic baseline for radicalization, they gravitated to newer grammars of political claims-making, more attuned to the ‘post-socialist’ *Zeitgeist*”<sup>27</sup> (FRASER, 2013, p.4).

Levando a discussão para o viés focado na Alemanha, a pesquisadora Leoni Wagner (2002), expõe algumas transformações logradas pelos movimentos sociais ao longo da história do país, já que teoriza a própria conceituação dos movimentos como fenômenos não isolados, inseridos em contextos políticos, sociais e econômicos sujeitos a transformações históricas e de mudança social – ou seja, tanto os temas, como as demandas e as formas políticas se modificam.

Os movimentos sociais vão surgir na Alemanha por volta de 1848, com objetivos ainda confusos que incluíam um estado nacional com uma constituição e direitos de participação popular. Com a unificação dos estados alemães em 1871, uma fatia dos movimentos social-democráticos assim como os burgueses possuíam suas demandas voltadas

---

<sup>27</sup> Tradução livre: “Com a social democracia na defensiva, os esforços para ampliar e aprofundar sua promessa naturalmente caíram no esquecimento. Os movimentos feministas que anteriormente haviam tomado o estado de bem-estar como seu ponto de partida, procurando estender seu ethos igualitário de classe para gênero, agora encontravam o terreno cortado sob seus pés. Não mais capazes de assumir uma linha de base social-democrata para a radicalização, eles gravitaram para novas gramáticas de reivindicações políticas, mais sintonizadas com o *Zeitgeist* ‘pós-socialista’”.

para o reconhecimento e a conquista de direitos a participação dentro desse novo sistema, que acabaram sendo atendidas a partir de 1918 – Pós-Primeira Guerra Mundial. Daí em diante, nota-se o enfraquecimento do movimento democrático, que estava ligado ao elevado grau de organização e à baixa distinção quanto aos próprios movimentos e as políticas de governo.

Ademais, nos anos 20 – e encontrando continuidade no Terceiro Reich – o surgimento de movimentos sociais antidemocráticos e de orientação direitista incorporados pelo estado nacional-socialista fizeram com que outros movimentos sociais fossem reprimidos. Com isso, formas políticas tradicionais se tornaram cada vez mais suspeitas, tendo uma orientação não compartilhada pelos “novos” movimentos sociais surgidos na Alemanha Federal nos anos 60 (WAGNER, 2002).

Afim de entender mais a fundo a dinâmica da sociedade alemã, dos movimentos sociais feministas no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, e da evolução da representatividade da mulher no contexto das políticas de gênero, faz-se necessário um breve apanhado histórico dos movimentos de mulheres no país, indo da época de *Kaiserreich* até a contemporaneidade, além de um exame sobre a presença da mulher em posições responsáveis pela tomada de decisão e uma análise sobre as políticas públicas e o sistema de cotas, os quais veremos no capítulo seguinte deste trabalho.

## CAPÍTULO 2: FEMINISMO ALEMÃO E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DA MULHER

### 2.1 Breve história do feminismo na Alemanha

Na Alemanha, o feminismo como teoria possui uma narrativa de intensa negligência ao longo da história. Até meados dos anos 50, quase nenhum estudo importante foi publicado sobre a história do feminismo e a emancipação das mulheres na modernidade. De fato, os estudos voltados aos movimentos de mulheres surgem de maneira tardia ao redor do mundo, todavia, nota-se na Alemanha um especial atraso em tratar deste assunto. Efetivamente, em alguma medida, esta situação está conectada com o motivo da própria negligência em relação aos estudos sociais e históricos na Alemanha moderna, que demonstra um hiato entre o período pré-Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 60 (EVANS, 1976a).

Um dos motivos apontados por essa falta de interesse vem da ideia (carregada de preconceito) de que a mulher alemã – especialmente de classe-média – tem características submissa, maçante e conservadora e da suposição de que seus posicionamentos e atitudes não tenham mudado muito no curso da modernização. Há, pois, a preferência pela análise de movimentos feministas mais radicais e de maior visibilidade em outras partes do mundo, visto que foram mais bem-sucedidos neste sentido.

Com efeito, diversos estudos sobre a posição das mulheres dos anos 1920 e 1930 vão de encontro com esta ideia. Um exemplo é a autora Renate Bridenthal<sup>28</sup>, que estuda o impacto da modernização nas mulheres alemãs argumentando que a modernização causou um sentimento de nostalgia e idealização do passado dentro das mulheres. Segundo a autora, as consequências do processo de modernização econômica e social alcançou tardiamente as mulheres alemãs, apenas no século XX. Já que os principais estudos envolvendo os temas da modernização na Europa se deram em grande medida no século XIX, o movimento acabou sendo negligenciado neste sentido. Entretanto, o processo de industrialização alemã foi consideravelmente rápido (mais do que na França por exemplo), tecnicamente sendo capaz de ser utilizado como importante exemplo quando se trata da ligação entre e dos efeitos da industrialização sobre a posição das mulheres na sociedade (BRIDENTHAL, 1973 apud EVANS, 1976a).

---

<sup>28</sup> Em sua obra *Beyond Kinder, Küche, Kirche: Weimar Women at Work* (1973).



Todavia, é essencial ressaltar que o viés preconceituoso sobre as mulheres alemães se dá justamente na época da tomada do poder pelos nazistas e do Terceiro Reich, fato que serve, por certo, para entender o porquê desse descaso com o movimento feminista alemão, visto que o regime possuía uma natureza extremamente antifeminista. É durante o período do *Kaiserreich* que podemos perceber o surgimento concreto do feminismo alemão, não havendo movimentação efetiva antes da década de 1870.

### **2.1.1 O feminismo no *Kaiserreich* e na República de Weimar**

Ao longo do século XIX, as oportunidades no que tange a inserção das mulheres alemães na educação e no mercado de trabalho afetaram diretamente somente um pequeno grupo dentro da sociedade – mulheres de classe média e classe média-alta dos Estados Alemães que em 1871 formavam o Segundo Reich –, mas sua evolução ao longo da história e seu avanço nos debates ao longo do século fornecem evidências extremamente importantes no que se refere ao desenvolvimento da percepção e da realidade social do papel da mulher e do homem na sociedade alemã.

Por certo, entre o período de 1860 até o eclodir da Primeira Guerra Mundial, as demandas do movimento feminista alemão sempre deram essencial destaque à temática das reformas educacionais, tendo inclusive mulheres com cargo de professoras ocupando importantes posições de liderança dentro do movimento. Albisetti (1988) afirma que as reivindicações ligadas às oportunidades na educação dentro do movimento feminista alemão eram tão essenciais que se reconhece no desenvolvimento gradual da qualidade do ensino secundário e superior – feminino – o próprio alicerce do movimento de mulheres do país.

Certamente, o processo de desenvolvimento da educação feminina deste período na Alemanha, precisa ser analisado dentro do contexto da industrialização, urbanização e burocratização do país. De fato, haviam mulheres ocupando diversos cargos dentro do mercado de trabalho<sup>29</sup>, mas até meados do século XX, duas áreas principais dominavam os espaços de trabalhos destinados às mulheres: a agricultura e o serviço doméstico. O número de mulheres trabalhando com serviços domésticos e a tendência demonstrada quanto ao crescimento deste setor, expõe um importante comportamento da classe média alemã, que era alicerçado numa perspectiva patriarcal ainda com resquícios feudais. Esse aspecto pode ter atuado como um dos fatores retardantes da politização das mulheres da classe

---

<sup>29</sup> Profissionais de classe média, trabalhadoras dos setores administrativos, assistentes de loja e mulheres que trabalhavam nas fábricas.

trabalhadora, além de ter puxando essas famílias para uma direção de maior conservadorismo (EVANS, 1976b).

O autor estabelece, ainda, uma ligação entre a dimensão da criminalidade feminina – principalmente durante a Primeira Guerra Mundial – com a cultura da pobreza na Alemanha, a posição social das mulheres e suas implicações políticas. A prostituição aparece como um dos fatores que contribuíram para essa condição. Nos anos 1890, a prostituição na Alemanha era tão difundida e evidente que passou a ser tratada como uma “crise social”, provocada essencialmente pela industrialização e urbanização no país:

“Social critics in the Victorian Age pointed to the relationship between the spread of prostitution and the triumph of bourgeois social values. Prostitution, it was admitted, had always existed, if on a small and relatively inconspicuous scale. But the rapid growth of large cities and the emergence of new social classes changed the nature of the problem. Prostitution became more widespread and more conspicuous”<sup>30</sup> (EVANS, 1976b, p. 106).

O desejo de regulamentação da prostituição pelo Estado demonstrava um *duplo padrão* de moralidade sexual entre homens e mulheres, encontrando vigorosa oposição por parte do movimento feminista, ao oficialmente legitimar o comportamento sexual *imoral* por parte dos homens e, ao mesmo tempo, condená-lo e puni-lo por parte das mulheres. A contradição entre a reafirmação do papel tradicional da mulher dentro da sociedade alemã – e a falta de oportunidades na educação e no mercado de trabalho – e esse *duplo padrão* de moralidade se vê claramente expresso na fala de Helene Stöcker: “A state that through a trade license permits a woman to sell her body, has certainly no right to withhold life’s most precious possessions from earnestly striving women ‘in the name of femininity’”<sup>31</sup> (ALBISETTI, 1988, p. 184; EVANS, 2015).

Foi durante este período que houve o estabelecimento da *Rechtsschutzverein für Frauen*<sup>32</sup>, importante conquista do movimento feminista alemão. Essas *Rechtsschutzstellen*, agências voltadas para a assessoria jurídica, trouxeram para muitas mulheres da classe média alemã a possibilidade de obter maior conhecimento, graças a essa interação, em nível básico,

<sup>30</sup> Tradução livre: “Os críticos sociais da era vitoriana apontaram para a relação entre a disseminação da prostituição e o triunfo dos valores sociais burgueses. A prostituição, admitia-se, sempre existira, mas em escala pequena e relativamente discreta. Entretanto, o rápido crescimento das grandes cidades e o surgimento de novas classes sociais mudaram a natureza do problema. A prostituição se tornou mais difundida e mais visível”.

<sup>31</sup> Tradução livre: “Um estado que através de uma licença de comércio permite que uma mulher venda seu corpo, certamente não tem o direito de reter as posses mais preciosas da vida de mulheres diligentemente esforçadas ‘em nome da feminilidade’”

<sup>32</sup> Tradução livre: Associação de Proteção Legal para Mulheres.

entre direito e sociedade. Fazer parte, de alguma forma, dessas agências fez com que essas mulheres passassem a adotar uma postura mais radical e simpatizante em relação a reforma da lei do aborto, além de incentivar na resistência da restrição dos direitos relativos ao divórcio dentro do *Bürgerliches Gesetzbuch*<sup>33</sup> (EVANS, 2013; 2015).

O autor destaca que a tradição de códigos de leis germânicos anterior era mais favorável aos direitos das mulheres, proporcionando mais liberdade em relação ao divórcio (casamentos sem filhos poderiam acabar mesmo que não fosse por consentimento mútuo), além da possibilidade das mulheres de casarem novamente e de firmarem contratos que protegiam propriedades obtidas no casamento. Isto de dava porque o princípio no qual essa tradição era baseada não estava na *moralidade* – do casamento e do divórcio –, mas na *utilidade* do matrimônio em produzir filhos para o Estado. Portanto, o estabelecimento do *Bürgerliches Gesetzbuch* em 1900 representou um retrocesso nos direitos das mulheres, concedendo aos maridos amplos poderes em relação às esposas e suas propriedades e filhos. Além disso, o *duplo padrão* de moralidade sexual teve seu reconhecimento oficial através da regulamentação estatal da prostituição.

Ao analisarmos o movimento de mulheres, no entanto, é preciso ter em mente que comportamentos como os que levaram à criação dessas *Rechtsschutzstellen* não eram comuns dentro do feminismo alemão. Em geral, o movimento de mulheres possuía características retrógradas e não teve grande ressonância na sociedade quando comparado com movimentos anglo-saxônicos. Mesmo que a sociedade alemã fosse marcada pelos principais elementos sociais favoráveis ao crescimento de um forte movimento feminista – classe média ampla, cultura protestante predominante, altos padrões de educação, rápido processo de industrialização, instituições parlamentares estáveis e reconhecimento da legitimidade de políticas estabelecidas por grupos de pressão –, ele se mostrou moderado e tardio.

Em 1894 foi criada a *Bund Deutscher Frauenvereine*<sup>34</sup> (BDF), uma organização guarda-chuva do movimento de mulheres alemão que durou entre o final do século XIX e a República de Weimar – 1894 e 1933, tendo seu fim com a tomada do poder pelo regime nazista. A organização, que era essencialmente formada por mulheres burguesas e aristocratas e possuía um direcionamento bastante moderado, lutou principalmente por

---

<sup>33</sup> Sistema unificado de lei civil implementado em 1900 em toda a Alemanha. Antes do seu estabelecimento, o que havia era uma série de códigos de leis regionais e costumes locais que variavam bastante dependendo da região.

<sup>34</sup> Tradução livre: Federação das Associações de Mulheres Alemãs.

demandas relativas à educação, melhores condições de trabalho, e questões relacionadas ao papel da mulher na esfera social – reforma do direito da família. Logo de início, foi marcada pela discordância entre feministas de viés moderado, como Helene Lange e Gertrud Bäumer e radicais, como Minna Cauer, Anita Augspurg<sup>35</sup>, Lida Gustava Heymann<sup>36</sup> e Helene Stöcker<sup>37</sup> (EVANS, 1976a; ROOS, 2010; STIBBE, 2013).

Em seu início, a BDF possuía uma perspectiva consideravelmente progressista, ao promover o estabelecimento do voto feminino, condenar intensamente a regulamentação da prostituição pelo Estado, e dar espaço para a voz das feministas radicais que lutavam a favor de demandas feministas mais liberais<sup>38</sup>, englobando reivindicações relativas a possibilidade de serem eleitas em quaisquer órgãos de representação, incluindo o *Reichstag*, e a reforma da lei do aborto<sup>39</sup>.

Entretanto, já no ano de 1910<sup>40</sup>, e depois encontrando respaldo no estabelecimento da Constituição de Weimar – depois da *Novemberrevolution* (1919) –, a organização tomou um viés deveras retrogrado, passando a rejeitar a ideia de igualdade de gêneros em detrimento de uma visão onde colocava as mulheres em uma esfera separada das dos homens – as que lhes cabia na tradição patriarcal<sup>41</sup>. Houve, pois, o abandono pelo movimento feminista alemão das tendências emancipatórias e da tentativa de modificar o papel tradicional destinado a mulher dentro da sociedade. Como resultado, a estrutura programática e organizacional da BDF passou por mudanças, onde houve a eliminação da ala radical e a abertura para uma direita conservadora dentro dos membros da organização (EVANS, 1976a; 2015; STEPHENSON, 2001).

Durante o século XX, no período da República de Weimar, o movimento feminista do país se torna cada vez mais conservador, e a perspectiva radical é deixada de lado. Historiadores frequentemente analisam o feminismo alemão deste período como de natureza

---

<sup>35</sup> Fundadora da *União Alemã para o Sufrágio Feminino*.

<sup>36</sup> Grande opositora do *padrão duplo* de moralidade sexual e da regulamentação da prostituição proposta pelo Estado.

<sup>37</sup> Líder radical de campanhas contra as leis do aborto presentes no país.

<sup>38</sup> Incluindo: plena igualdade legal para as mulheres dentro do casamento, reforma na lei relativa aos filhos *bastardos*, pagamento de pensão assistencial para mãe e filho, igualdade na educação de meninas, igualdade de salários, igualdade de status profissional e direito ao voto.

<sup>39</sup> Lutavam a favor da anulação do parágrafo 218 do Código Penal e, conseqüentemente, a legalização do aborto.

<sup>40</sup> Ano marcado pelo início do retrocesso do movimento feminista na Alemanha, com o afastamento da presidência da BDF da feminista radical Marie Stritt e sua substituição pela nacionalista Bäumer.

<sup>41</sup> A *esfera privada*, correspondente a casa e a família, era confinada às mulheres, excluindo-as da *esfera pública* correspondente ao mercado de trabalho e às questões públicas e políticas, reservada aos homens.

autoritária e anti-individualista – diferentemente das feministas liberais presente nos demais países ocidentais – o que tornavam as mulheres extremamente vulnerável ao desabrochamento de ideias baseadas na eugenia<sup>42</sup> e no racismo. Houve, com efeito, dentro do movimento e dos debates da BDF a adoção de um autoritarismo cada vez mais baseado na ideologia do Darwinismo Social, juntamente com suas ideias de *Rassenhygiene*<sup>43</sup> e *Bevölkerungspolitik*<sup>44</sup> (ROOS, 2010; STIBBE, 2013).

Um motivo amplamente aceito entre historiadores para esta mudança de perspectiva, está na teoria do *Imperialismo Social*, onde os governos alemães e os políticos conservadores se ocuparam em redirecionar os impulsos reformistas percebidos na classe média em direção a ideais nacionalista e imperialista. Assim como em todo o país, houve o crescimento do sentimento nacionalista e das crenças imperialistas<sup>45</sup> dentro do movimento feminista<sup>46</sup>, havendo clara conexão com a adoção das ideias do Darwinismo Social e da crescente obsessão pela *pureza racial*. Ademais, nota-se uma intensa propaganda antifeminista realizada pela extrema direita<sup>47</sup> (EVANS, 2015).

Essa transformação dentro do movimento vem em grande parte, dentre outros motivos, do estabelecimento, em 1908, da *Reichsvereinsgesetz*<sup>48</sup>, que substituiu vários códigos de leis existentes anteriormente – que variavam dependendo da área –, unificando-o para toda a Alemanha e a Prússia. Com o fim da proibição feminina em participar de atividades políticas, mais mulheres da classe média burguesa alemã tiveram a possibilidade de fazer parte da BDF sem medo de serem repreendidas. Isso fez com que houvesse uma adesão em massa ao movimento, trazendo consigo as visões conservadoras que traduziam as atitudes desta classe social e modificando, neste sentido, as estruturas e as demandas da organização. Em 1933 o BDF foi dissolvido e substituído por grupos sociais que perpetuassem os valores nazistas, sob o comando ou influência do Partido Nazista e da

---

<sup>42</sup> A defesa da capacidade de melhoramento ou empobrecimento das qualidades raciais da espécie humana – tanto física como mental – através de métodos de seleção artificial e de controlo reprodutivo. Perspectiva muito controversa por possuir sérios problemas éticos, serviu de base para a ideologia da pureza racial nazista.

<sup>43</sup> Tradução livre: higiene racial.

<sup>44</sup> Tradução livre: controle populacional.

<sup>45</sup> Segundo Bäumer (tradução livre): “poder militar é... simplesmente uma necessidade para a autopreservação nacional”.

<sup>46</sup> A BDF passou, com a presidência de Bäumer, a apoiar intensamente a *Deutsches Volkstum* (tradução livre: identidade nacional alemã).

<sup>47</sup> Acusava a ideologia feminista de ser uma conspiração internacional que pretendia subverter os valores alemães de família e, assim, destruir a *raça alemã*. Isso fez com que o movimento feminista fosse obrigado a se defender, afirmando seu comprometimento com a família, a nação e a *raça alemã*.

<sup>48</sup> Tradução livre: Lei Imperial de Associação.

*Nationalsozialistische Frauenschaft*<sup>49</sup> (NSF) com a liderança de Gertrud Scholtz-Klinik<sup>50</sup>. Esses grupos se apoiavam intensamente na ideologia antifeminista do fascismo e seu ideal feminino dos três “ks”: *Kinder, Küche und Kirche*<sup>51</sup>, onde as mulheres se viam confinadas a *esfera privada* (BRINK-FRIEDERICI, 1990; EVANS, 1976a; WISTRICH, 2001).

De fato, percebe-se que somente a partir de uma intensa correlação entre os aspectos sociais anteriormente citados nesta pesquisa inseridos no contexto da industrialização, urbanização e burocratização da Alemanha, é possível entender a surgimento do movimento feminista alemão e suas transformações político-ideológicas ao longo do tempo.

### 2.1.2 O papel da mulher no Terceiro Reich e na Guerra Fria

O papel que a mulher alemã teve em lutar por emancipação e direitos políticos – e as consequências que essa luta causou –, teve fim com a ascensão do Nacional Socialismo, com a maioria das feministas radicais alemãs deixando o país com a posse do poder pelo regime nazista, em 1933. Entre os anos governados pelo Terceiro Reich (1933-1945), até o imediato pós-Segunda Guerra o feminismo foi deixado de lado.

Com efeito, este período foi marcado por uma forte discriminação de gênero. O nazismo teve um papel bastante cruel – física e mentalmente – no que tange o tema da reprodução, vendo a *função* da mulher como somente uma: mãe – elas deveriam gerar o maior número possível de filhos para o Estado, com a intenção de criá-los para serem mães e soldados leais ao Führer. As mulheres eram o *segundo sexo* dentro do Terceiro Reich, e eram determinadas de acordo com suas capacidades reprodutivas<sup>52</sup>. Leis que protegiam os direitos das mulheres foram suspensas e novas legislações que restringiam a mulher ao papel à esfera privada foram elaboradas, além de bani-las de posições dentro de universidades e do serviço público. Esse período foi marcado por uma política sistemática e cruel de dominação do corpo, seja no espectro da maternidade coagida, da sua proibição<sup>53</sup>, da prostituição aliciada, ou do estupro como arma de guerra (KOONZ, 2013; STEPHENSON, 2001).

---

<sup>49</sup> Organização Das Mulheres Nacional-socialistas.

<sup>50</sup> Membro e líder do *NS-Frauenschaft* (Liga das Mulheres Nacional-Socialistas) na Alemanha nazista e dirigente dos assuntos relacionados às mulheres no Terceiro Reich. Advogava pela superioridade masculina e pelo papel da mulher como mãe e dona de casa, e condenava a participação feminina na política.

<sup>51</sup> Crianças, cozinha e igreja.

<sup>52</sup> É importante lembrar aqui que a sustentação da ideologia nazista era o racismo, portanto, diversas mulheres e homens com características não-arianas eram impedidos de ter filhos, sendo muitas vezes esterilizados.

<sup>53</sup> Utilização de instrumentos como esterilização ou aborto forçado.

Era, desta forma, uma reafirmação da divisão tradicional do trabalho entre homens e mulheres da sociedade patriarcal, onde a esfera privada era reservada às mulheres, e a pública aos homens. Com efeito, a ideologia nazista defendia o interesse comum em detrimento do interesse pessoal, além de argumentar que o individualismo liberal era, não a busca pela autodeterminação da identidade individual, mas uma busca egoísta pelos próprios desejos pessoais, independentemente dos efeitos que isto causariam a comunidade como um todo:

“The National Socialist movement is an emphatically male phenomenon as far as political power is concerned. Women in parliament are a depressing sign of liberalism. They insult feminine values by imitating men. We believe that every *genuine* woman will, in her deepest feelings, pay homage to the masculine principle of National Socialism. Only then will she become a total woman”<sup>54</sup> (fala de um dos seguidores de Hitler em KOONZ, 2013, p. 54).

A política de *germanização*<sup>55</sup> conduzida pelos nazistas fez com que as mulheres alemãs – por escolha ou não – participaram de campanhas de doutrinação do Leste, com um papel missionário – quase unicamente na esfera privada – em áreas consideradas pelo regime como atrasadas. Essas missões tinham como objetivo servir a meta do governo nazista de povoar o Leste com pessoas de *raça pura*. Efetivamente, as mulheres que fizeram parte – independente da forma – da doutrinação nazista do Leste contribuíram, conscientemente, para a discriminação e a exploração de não-arianos. Os homens da *Schutzstaffel*<sup>56</sup> (SS) (e algumas mulheres ligadas à SS) foram enviados para reunir, deportar e exterminar membros de raças *impuras*, além de doutrinar moradores dessas áreas que possuíam descendência étnica germânica e trazer pessoas com essas características para ocupar o local (HARVEY, 2003).

Para a ideologia nazista, o papel de mãe que a mulher deveria servir dentro da sociedade vinha acompanhado com a ideia de abnegação em detrimento da nação e a serviço do arianismo. Havia, neste sentido, a negação e abominação de concepções feministas e emancipatórias. Os líderes nazistas defendiam a ideia de que homens e mulheres (dignos)

---

<sup>54</sup> Tradução livre: "O movimento nacional-socialista é um fenômeno enfaticamente masculino no que se refere ao poder político. As mulheres no parlamento são um sinal deprimente do liberalismo. Elas insultam os valores femininos imitando os homens. Acreditamos que toda mulher genuína, em seus sentimentos mais profundos, paga homenagem ao princípio masculino do nacional-socialismo, só então ela se tornará uma mulher total".

<sup>55</sup> Assimilação ou doutrinação forçada da cultura, da língua e do povo alemão, reforçando ideias de superioridade da raça ariana.

<sup>56</sup> *Tropa de choque*: organização paramilitar ligada ao partido nazista – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP) responsável por diversos crimes contra a humanidade perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial.

possuíam o mesmo valor – eram equivalentes, mas diferentes entre si: *gleichwertig aber nicht gleichartig*; e essa diferença se encontrava na própria natureza e nas funções complementares que exerciam – contribuindo sempre aos valores nazistas (STEPHENSON, 2001).

Na teoria, o nazismo acreditava que a mulher deveria ser submissa ao homem, não sair do âmbito da esfera privada e dedicar-se aos filhos e a família patriarcal. Entretanto, com o decorrer da guerra e seu final, as mulheres acabaram sendo incorporadas no setor público e nas fábricas, tendo que exercer o papel de reconstrutoras da nação, visto que o país estava em ruínas e grande parte da população masculina estava morta ou presa. A intensa entrada de mulheres no mercado de trabalho, gerou um enorme impacto social. A guerra, de fato, teve o papel de aumento no valor social do trabalho feminino, mas elas ainda se viam em uma posição de desigualdade de remuneração em relação aos homens (CANNING, 2006; KOONZ, 2013; STEPHENSON, 2001).

A tarefa de ressuscitar a discussão sobre os direitos das mulheres na Alemanha, que foi substancialmente silenciada durante o Terceiro Reich, apareceu com sentimento de urgência quando o projeto de reconstrução da Europa se iniciou. Os esforços em acabar com o que restou da ideologia nazista – no âmbito dos direitos das mulheres – foram expressos em níveis políticos, com o desenvolvimento de leis e reconfiguração de constituições (CANNING, 2006).

A divisão da Alemanha entre RFA e RDA trouxe enormes transformações no cenário social e político do país, inclusive na perspectiva da igualdade de gênero, e os pilares dos movimentos feministas em ambos os locais são significativamente diferentes. No âmbito da RFA, nota-se de início um caráter extremamente conservador na política, sendo governado de início pela *Christlich Demokratische Union Deutschlands*<sup>57</sup> (CDU), com foco principal no crescimento econômico e apoiado pela elite; e posteriormente pelo *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*<sup>58</sup> (SPD) baseado tradicionalmente nas organizações de trabalhadores de dominação masculina. Mesmo com as mulheres sendo a maior parcela da população – votos – por vários anos, graças aos efeitos da Guerra, o governo continuava sem uma representação feminina significativa na política, tendo, em 1987, 10% do *Bundestag* (CHAPMAN, 1993).

---

<sup>57</sup> União Democrata-Cristã.

<sup>58</sup> Partido Social-Democrata da Alemanha.



O período do imediato pós-Segunda Guerra foi marcado por um retorno das mulheres da RFA, que já estavam inseridas no mercado de trabalho, aos lares, além da ausência delas na esfera política. Na medida em que o país foi se recuperando dos efeitos da guerra, as reivindicações feministas na RFA foram ganhando mais espaço, ocasionando o surgimento de um *novο* movimento feminista que lutava por mudanças sociais, motivado pelo forte movimento estudantil dos anos 1960, que possuía suas bases nas reivindicações contra a Guerra do Vietnã. Em 1968, as mulheres que faziam parte do *Sozialistischer Deutscher Studentenbund*<sup>59</sup> (SDS) se separaram do movimento para formar sua própria congregação (BRINK-FRIEDERICI, 1990; WAGNER, 2001).

A década de 1970 se coloca como um momento de quebra de paradigma no que tange a temática dos movimentos sociais. Há o surgimento em larga escala destes, no contexto da opinião pública e política na Alemanha, além da entrada de novos atores nesse cenário e a reivindicação de ações concretas para problemas sociais e políticos existentes. Esse novo feminismo incorpora a ideia de *patriarcado* e busca pela libertação feminina através de novas estratégias, o que resultou no desenvolvimento de uma espécie de *contracultura* de mulheres, fazendo oposição à tradicional masculina e patriarcal. O *velho* movimento feminista se diferencia do *novο* na medida em que aquele precisou lutar por direitos civis básicos, enquanto este se vê integrado em uma sociedade onde parte dos direitos anteriores foram alcançados, mas comportamentos ainda enraizados em uma cultura machista prevalecem. Isso gera no final dos anos 70, em certa medida, um sentimento geral de desilusão quanto a possibilidade de modificação da realidade social baseada no sistema patriarcal (BRINK-FRIEDERICI, 1990; CHAPMAN, 1993; WAGNER, 2001).

Esse período foi marcado pelo aumento de uma esquerda extremista e grupos de militantes ativistas, com o surgimento, por exemplo do *Rote Zora*<sup>60</sup>, grupo terrorista feminista da extrema esquerda que cometeu diversos bombardeios e ataques contra indivíduos e

---

<sup>59</sup> Tradução livre: União de Estudantes Socialistas Alemães. Foi fundada em 1946, como ala estudantil do *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD). Após a separação da SDS e do SPD, e o estabelecimento da aliança *Große Koalition* entre a SPD e a *Christlich Demokratische Union Deutschlands* (CDU) – partidos tradicionalmente de oposição –, a SDS passou a ser líder da oposição como *Außerparlamentarische Opposition* (APO). Era formada por estudantes universitários e estava ligada a lutas como a oposição à Guerra do Vietnã, ao envolvimento político da Alemanha no conflito, ao uso de armas nucleares e a ainda forte influência na política alemã de pessoas ligadas ao nazismo. A APO possuía um posicionamento liberal e pela igualdade de direitos das mulheres. Teve seu pico em 1968, quando foi perdendo sua influência e diluindo-se em 1970. Disponível em: <<https://www.sozialismus.info/2007/04/12058/>>. Acesso: 25/04/2018.

<sup>60</sup> Durou entre 1974-1995, e era a ala feminista da organização *Revolutionäre Zellen* (Células Revolucionárias), considerado o grupo terrorista de extrema-esquerda mais perigoso da RFA. Possuía doutrina de libertação anti-imperialista de extrema-esquerda, características antissionistas e anti-patriarcais feministas.

organizações envolvidos com acusações de sexismo, exploração de mulheres, políticas antiabortivas e reforço dos padrões patriarcais. Ao passo que o *Rote Zora* não deixou grande legado quanto implementação de políticas de esquerda, o estabelecimento do Partido Verde Alemão<sup>61</sup>, em 1980, trouxe maiores impactos para o desenvolvimento do feminismo na política. A medida em que mais feministas começaram a integrar posições de liderança dentro do partido, os direitos das mulheres foram tendo um lugar de mais destaque, isto em meados dos anos 80 (CHAPMAN, 1993; TORRY, 2007).

Todavia, é importante ressaltar que a RFA demonstrava características mais retrogradadas (em relação a sua irmã do Leste), onde as mulheres ainda eram submetidas ao modelo patriarcal no qual sua função era a de dona de casa, sendo responsável pelo trabalho doméstico e pelos filhos. Além disso, o aborto era ilegal no país até 1976, quando o ato foi legalizado, mas com intensas restrições e severas punições (BRINK-FRIEDERICI, 1990; CHAPMAN, 1993).

Enquanto isso, no contexto da RDA, a própria doutrina socialista já significava, teoricamente, a igualdade entre os gêneros, tendo escritores marxistas como Frederick Engels, Clara Zetkin e Lênin explorando em seus trabalhos o papel da exploração de gênero no sistema capitalista e o apoio a ideologia socialista, que era pro-feminista e emancipatória. As mulheres da antiga RDA possuíam – oficialmente – um certo grau de igualdade de direitos frente aos homens. Elas lutavam por uma equiparação política e profissional entre os gêneros e podia-se perceber claros avanços neste sentido, com as mulheres sendo capazes de se estabelecerem no mercado de trabalho – até mesmo as que possuíam filhos – e exercer qualquer profissão, obtendo independência econômica em relação aos homens. O Estado fornecia mecanismos que permitiam com que a mulher continuasse trabalhando, sem que para isso tivesse que pensar em deixar de ser mãe – havia escolas de tempo integral disponíveis e para os mais novos, jardins de infância e creches (CHAPMAN, 1993; MARTENS, 2001).

Nesse contexto, era natural que a mulher mesmo depois de ter filhos, seguisse exercendo sua profissão. Ademais, o aborto no país sob o regime comunista deixou de ser considerado crime em 1972. É essencial ressaltar, entretanto, que a ideologia socialista apoiava a emancipação feminina como uma meta do sistema socialista e nele inserido, diferindo-se grandemente do feminismo *liberal* do Ocidente. Ou seja, na medida em que a emancipação feminina era uma situação a ser alcançada, o movimento de mulheres autônomo

---

<sup>61</sup> Em 1993, o Partido Verde (*Die Grünen*) da RFA se funde com a Aliança 90 (*Bündnis 90*) da RDA, formando o *Bündnis 90/Die Grünen* (mais conhecido como *Grüne*: Verdes), partido focado na sustentabilidade ambiental, econômica e social.

era considerado contrário a ideologia socialista. Visto que a luta real do socialismo era a luta de classes, mulheres e homens deveriam lutar lado a lado neste sentido (MARTENS, 2001).

Na teoria, o papel social exercido pela mulher dependia de sua emancipação legal e econômica, entretanto, percebe-se na RDA uma sociedade enraizada no patriarcalismo, como expõe Rolf Schneider:

“We have legal equality (*Gleichstellung*) in the GDA which is the absolute requirement for any emancipation of women. We have neither factual equality in daily life, nor one in the general social consciousness. There are strong tendencies in our country to force the woman back into bourgeois role behavior, or to maneuver her back into it by means of compliments. Opposed to these are certain arrangements that have become statutory. Neither the people affected by these arrangements, the women, nor their partners, the men, have an idea of how an emancipated woman actually should be and behave”<sup>62</sup> (MARTENS, 2001, p. 9).

Ainda antes da queda do Muro de Berlim, durante a década de 1980, essa imagem de igualdade foi se esvaindo na medida em que, em geral, funções políticas e cargos governamentais continuavam fora do alcance das mulheres e elas se mostravam cada vez mais insatisfeitas, já que, depois do labor, ainda eram responsáveis por todo o trabalho doméstico, tendo uma jornada dupla de trabalho intensa. Com isso, nota-se na RDA uma geração de jovens que começa a modificar sua autoimagem de mulher trabalhadora em detrimento de uma visão tradicional, de esposa e mãe – possivelmente por estarem exausta com a dupla jornada e incentivada pela doutrina de ênfase na maternidade do governo.

Percebe-se desde a década de 80, no que tange os movimentos sociais, o fato de que em muitos agrupamentos foram sendo criadas organizações com um grau de institucionalização alto. De acordo com Wagner (2001), esse fenômeno gerou – e vem gerando – uma especialização dentro desses movimentos que não se via nos anos 60 e 70, com seus inícios (isto se tratando de movimentos sociais pós-materialistas<sup>63</sup>). Com efeito, foram essas mudanças organizacionais que fizeram com que o radicalismo nas exigências das

---

<sup>62</sup> Tradução livre: “Temos igualdade legal (*Gleichstellung*) na GDA, que é o requisito absoluto para qualquer emancipação das mulheres. Não temos nem igualdade na vida cotidiana, nem na consciência social geral. Há fortes tendências em nosso país para forçar a mulher a voltar ao papel de comportamento burguês, ou para manipulá-la de volta por meio de elogios. Oposto a estes são certos arranjos que se tornaram legais. Nem as pessoas afetadas por esses arranjos, as mulheres, nem seus parceiros, os homens, têm uma ideia de como uma mulher emancipada realmente deveria ser e se comportar”.

<sup>63</sup> No final da década de 1970 percebe-se o surgimento de uma lenta e contínua modificação nas prioridades dos valores individuais no mundo todo, havendo uma mudança no conjunto de valores humanos em direção a uma postura pós-materialista. Essa alteração se deve principalmente ao desenvolvimento econômico visto a partir da segunda metade do século XX, especialmente pelas sociedades industriais avançadas (INGLEHART, 1977).

demandas fosse suavizado, tornando-as mais complacentes com a perspectiva estatal, ou seja, há uma diminuição da heterogeneidade e uma maior exclusão. Os movimentos sociais foram capazes de exercer influência sobre a política estatal, mas também se transformaram de maneira intensa e decisiva no contexto alemão.

De fato, os movimentos de mulheres na Alemanha foram uma forte influência para mudanças de comportamento, tanto individual como coletivo, e para reformas na legislação. Entretanto, é importante salientar a diferença entre os movimentos sociais europeus dos anos 1980 e os do início do século XXI. Há uma alteração onde se evidencia uma rejeição das formas “tradicionais” de política e um tipo de assimilação ou um deslocamento das opções da ação política como organismo civil. Na esfera da consciência individual e social há mudanças entre os movimentos mais atuais e os dos anos 60 e 70:

“Em comparação com os anos 70 e 80 na República Federal da Alemanha (RFA) e o final dos anos 80 na República Democrática Alemã (RDA), os movimentos sociais aparentemente deixaram para trás suas fases de maior visibilidade e expressividade. Os ápices da mobilização pública, do engajamento visível de muitos e a ampla cooperação temática em redes dos anos 70 e 80 parecem haver passado. Ao mesmo tempo, tanto a opinião pública como os pesquisadores sempre de novo são surpreendidos por efeitos mobilizadores.” (WAGNER, 2002).

É essencial destacar que a reunificação da Alemanha modificou drasticamente a situação da mulher da Alemanha Oriental, sendo considerada um retorno a antigos padrões de comportamento e um retrocesso quanto aos direitos adquiridos pelas mulheres da RDA – somente 54% das mulheres da RFA estavam inseridas no mercado de trabalho, enquanto na RDA esse número era de 91,1%. Ademais, diversos problemas que cercavam as mulheres da Alemanha Ocidental preocupavam as feministas do Leste: status de dona de casa amplamente difundido, desemprego, dependência econômica, ilegalidade do aborto, menos programas sociais e pornografia disseminada. Com a reunificação, o direito constitucional que garantia o direito da mulher de trabalhar – além dos benefícios –, foram deixados de lado e o desemprego feminino decolou (MARTENS, 2001; WAGNER, 2001).

De fato, após 1990, houve um recuo em termos de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, tanto no Leste como no Oeste, além de um retrocesso na reforma relativa ao aborto. A reunificação gerou um conflito entre os dois sistemas que eram bastante distintos, ainda mais no contexto da política feminina e da mentalidade social quanto à posição da mulher. Mesmo mais de 20 anos após o evento, pode-se perceber que esses dois pontos de vista antagônicos ainda se encontram em um embate.

Apesar disto, houve um avanço efetivo em direção a uma igualdade de direitos profissionais entre homens e mulheres. Várias instituições públicas e partidos políticos se ocuparam em inserir uma cota feminina, com o objetivo de aumentar a presença das mulheres nesses espaços. No que tange a política, mesmo que as mulheres continuem sendo minoria, a presença feminina tem aumentado cada vez mais. Se compararmos com a situação europeia, os movimentos sociais na RFA eram mais voltados para a construção de uma “contracultura”, onde as concepções de “autonomia” desempenharam um papel decisivo (BRINK-FRIEDERICI, 1990).

No início, os movimentos feministas alemães possuíam um forte princípio de autonomia, sendo rejeitada a ideia de formação de uma federação. Entretanto, ao mesmo tempo houve um acolhimento das demandas desses movimentos por parte de partidos políticos e agrupamentos, causando efeitos transformadores em legislação e regulamentos institucionais. Conseqüentemente, surgiu um tipo de “instituição”, que agia ao lado do movimento “autônomo” de mulheres (WAGNER, 2002).

Graças a essa intervenção direta vinda de níveis hierárquicos mais elevados que os próprios movimentos sociais, a participação destes ia se mostrando cada vez menos necessária, ainda mais pelo fato de que as mulheres que os representavam profissionalmente atuavam de maneira ativa. Ou seja, houve o que a autora coloca como uma especialização gradual dos movimentos sociais feministas na Alemanha, que mesmo que não tenha sido um processo efetivamente de institucionalização, se altera de forma a deixar de lado o radicalismo, buscando para si uma forma abrandada e mais condizente com políticas estatais como um todo.

Contudo, essa alteração de perspectiva acaba gerando uma contradição. Ao mesmo tempo em que são necessárias reivindicações civis para a obtenção de direitos, para que esses direitos sejam exercidos de forma efetiva, é preciso que haja adesão e participação ativa da população. Todavia, como essa especialização e abrandamento dos discursos feministas no país, percebeu-se, na primeira década de 2000, uma diminuição na mobilização popular, reduzindo essas ações a formas mais discretas, sendo, por conseguinte, apoiadas ativamente por menos pessoas.

A sociedade alemã contemporânea ainda demonstra a presença de um intenso sexismo estrutural, que vêm de uma bagagem histórica que nunca foi totalmente discutida ou resolvida e pode ser encontrado em todos os níveis hierárquicos da sociedade. As poucas mulheres que chegam a altos cargos experimentam o constante peso que isso significa dentro

de uma sociedade tão enraizada no patriarcalismo. O movimento feminista alemão da contemporaneidade pode ser percebido dentro de um contexto controverso. Segundo Alice Schwarzer<sup>64</sup> (2007), as mulheres alemãs se tornaram muito confortáveis com sua posição na sociedade e por isso correm o risco de voltar para antigos papéis de gênero.

Em contrapartida, a análise de Miriam Gebhardt (2012) argumenta que, entre os anos 70 e os dias de hoje, houve uma perda na conexão entre o movimento feminista alemão e as mulheres por conta da ligação feita do movimento – nacional e internacionalmente – a Alice Schwarzer. A associação de um movimento inteiro com apenas uma pessoa e, com isso, a preferência de uma única visão ideológica em detrimento das demais, levou a uma rejeição do próprio feminismo, especialmente entre as mulheres mais jovens que não conseguiam se identificar com os pontos de vista inflexíveis de Schwarzer.

As questões feministas atuais na Alemanha incluem a luta contra a violência baseada no gênero, a oposição aos papéis tradicionais de gênero, a promoção da saúde e da autonomia reprodutiva e a luta contra estruturas institucionais que não fornecem apoio a temática da igualdade de gênero. A vertente mais radical do movimento defende narrativas antifascistas, anticapitalistas, pró-socialistas e feministas através de organizações como *Antifaschistische Aktion*<sup>65</sup> e *Linksjugend 'solid'*<sup>66</sup>, que utilizam uma abordagem interseccional para a defesa do movimento feminista, os direitos das mulheres de diferentes grupos raciais, classes econômicas e orientações sexuais.

Um importante órgão feminista da atualidade é o Conselho Nacional das Organizações Femininas Alemãs (NCGWO), uma ONG alemã com status consultivo especial no Conselho Econômico e Social da ONU e tem como principal objetivo a promoção da igualdade de gênero. Possui mais de 50 organizações membros nacionais que defendem a igualdade de oportunidades e a condição de igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, na família, na política, nos negócios e na cultura como um pré-requisito para uma sociedade democrática.

---

<sup>64</sup> Jornalista alemã, fundadora e editora do jornal feminista alemão EMMA e colunista do Bild. É a mais conhecida feminista contemporânea do país. Tornou-se o rosto do feminismo alemão em 1975 com a publicação de seu livro *Der kleine Unterschied und seine großen Folgen*. Continua ativa como figura pública, mas também é a feminista alemã mais polêmica devido à sua falta de tolerância em relação a outras ideologias feministas e sua postura considerada “puritana” em relação à sexualidade.

<sup>65</sup> Tradução livre: Ação Antifascista. Rede de militantes anti-fascistas alemães.

<sup>66</sup> Tradução livre: Esquerda Jovem Sólida. Organização política juvenil na Alemanha, advinda da ala juvenil oficial do partido político *Die Linke*.

O feminismo possui uma imagem ruim entre jovens mulheres no país nos dias de hoje, que mesmo acreditando na igualdade e em tudo o que a ideologia defende, veem o termo como depreciativo. Entretanto, a partir da segunda década dos anos 2000, essa imagem vem se modificando e se recuperando aos poucos. Mesmo que o feminismo alemão tenha perdido o reconhecimento internacional que tinha por volta de 1900, ainda está vivo e, recentemente, está se tornando novamente cada vez mais popular, tendo embasamento nas lutas por maior representatividade feminina e por políticas afirmativas.

## 2.2 Representação política da mulher

Em seu período inicial, o movimento feminista teve, por muitos anos, como foco central a conquista do sufrágio. O voto, além do valor simbólico de autonomia de interesses, trazia a ideia de que as mulheres, inseridas no ambiente destinado a tomada de decisões, enfim seriam capazes de alcançar maiores conquistas dentro da esfera pública, o que traria maior representatividade na política e conseqüentemente se traduziria numa maior obtenção de direitos dentro da sociedade tendo suas demandas maior ressonância. Todavia, esse feito não foi capaz de modificar a dominação masculina dentro da elite política, sendo evidenciado pouquíssimo avanço efetivo de maior representatividade feminina – o que ocorre até os dias de hoje em quase toda parte.

Conforme a *Inter-Parliamentary Union*<sup>67</sup>, as mulheres ocupam uma média de 23,8% das cadeiras nos parlamentos nacionais<sup>68</sup>, tendo o Brasil uma porcentagem de somente 10,7% – um dos piores colocados no ranking, com a posição 152 dentre os 187 países com dados disponíveis. A Alemanha possui um ínfimo número de 30,7% de suas cadeiras destinadas às mulheres, ocupando a posição 46. Em apenas 48 países do ranking as mulheres possuem um terço ou mais das vagas e somente em três países – Ruanda, Cuba e Bolívia – elas são maioria no parlamento. De fato, a representação feminina vem crescendo numa escala global, mas em um ritmo deveras lento, aumentando em média 0,5% ao ano<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> Dados atualizados em 01/04/2018.

<sup>68</sup> Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Acesso em 03/05/2018.

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em 03/05/2018.

**Tabela 1 – Mulheres em Câmeras ou Parlamento Nacionais**

<i>Países</i>	<i>Total de Assentos</i>	<i>Total de Mulheres</i>	<i>% Mulheres</i>	<i>Ranking</i>
<i>Ruanda</i>	80	49	61.3	1
<i>Cuba</i>	605	322	53.2	2
<i>Bolívia</i>	130	69	53.1	3
<i>Nova Zelândia</i>	120	46	38.3	19
<i>Alemanha</i>	709	218	30.7	46
<i>Angola</i>	220	67	30.5	47
<i>Brasil</i>	513	55	10.7	152

FONTE: *Inter-Parliamentary Union*, 2018.

Isto demonstra que a eliminação das barreiras legais que, teoricamente, limitavam a participação feminina não concebeu igualdade de representatividade na política, indicando obstáculos outros. A condição de isolamento doméstico que muitas mulheres experimentam é um dos fatores que contribuem para esta situação. Ademais, as que vivenciam a inserção no mercado de trabalho se veem encurraladas pela *dupla jornada de trabalho*. Outro fator essencial que dificulta o ingresso da mulher na política é o próprio padrão diferenciado de socialização de gênero e a construção social de que a esfera política é um ambiente masculino, intimidando a presença das mulheres nesses espaços.

Portanto, o propósito é o de romper “a inércia estrutural” presente na política e inserir grupos marginalizados dentro deste ambiente, e é justamente isso que o feminismo do final do século XX busca alcançar, focando-se no problema da sub-representação feminina. Por volta deste período surgem correntes feministas que buscam evidenciar o caráter duplo patriarcal e capitalista da sociedade moderna e enfatizar o papel do Estado não somente como opressor, mas como “produtor” de práticas sociais de opressão e exploração. O surgimento do feminismo de Estado (*State feminism*) traz à luz a importância de incorporar as demandas relativas aos direitos das mulheres para a estrutura do Estado<sup>70</sup> (MIGUEL e BIROLI, 2014; MCBRIDE & MAZUR, 2010). A procura por maior representação feminina na política se embasa no próprio conceito de democracia, sendo uma reivindicação básica de sua cidadania e engajamento político necessário para que ela seja exercida. A luta pela promoção de uma agenda voltada para os interesses das mulheres e por maior representatividade política andam lado a lado.

De fato, as mulheres fizeram progressos em termos de representação política, mesmo que lentos. Em parte, isso se deu graças às melhorias relativas ao aumento do

<sup>70</sup> O Estado é visto por muitas autoras como aparato que incorpora e perpetua a visão dos homens como gênero dentro da construção política e social, por meio de normas e políticas legitimadoras.



desenvolvimento, da educação e transformações na posição da mulher dentro da sociedade. Em grande medida, essa mudança foi possível porque as feministas passaram a utilizar estratégias mais condizentes com as complexidades existentes no sistema eleitoral e com o recrutamento legislativo, além de pressionar a criação de instituições que maximizem as chances de representação das mulheres, sendo possível de maneira cada vez mais eficaz pressionar o Estado por demandas por maior igualdade de gênero na representação política. (MATLAND, 2005).

### **2.3 Políticas públicas de gênero**

O conceito de gênero surgiu da necessidade de estabelecer uma diferenciação entre o sexo biológico e os significados sociais e culturais ligados a ele. De acordo com Lovenduski (2005a), sexo representa a categoria biológica que separa os homens das mulheres, enquanto gênero significa o conjunto de significados sociais ligados as categorias de “masculino” e “feminino”. O gênero expressa os feitos gerados por esse relacionamento entre homens e mulheres, que estão fundamentados em desigualdades diversas: poder político, papéis sociais exercidos e esperados, significados e expectativas da presença dos elementos de “masculinidade” e “feminilidade”.

O debate sobre políticas públicas de gênero pretende envolver as perspectivas do homem e da mulher na discussão, o que não significa necessariamente que ele se baseará em princípios feministas ou buscará suprir suas demandas. Entretanto, ao objetivar modificar a estrutura desigual do Estado e ao trazer à tona essa diferenciação do gênero, há uma busca pela reformulação do processo discursivo, que por sua vez favorecerá a transformação do processo de representatividade, com maior inserção da mulher em espaços de elaboração de políticas públicas e tomada de decisão – fazendo com que a incorporação de políticas de gênero no debate seja uma forte bandeira feminista. Tal como enfatiza Lovenduski, um exemplo disso está nas WPAs, que podem servir para facilitar, dentro da estrutura do Estado, o alcance de objetivos e demandas dos movimentos feministas – através da promoção de uma agenda feminista e da transformação da própria base do debate de elaboração de políticas.

No final do século XX, surgiram em diversas partes do mundo as chamadas WPAs (*Women's Policy Agencies*), agências governamentais destinadas a desenvolver políticas públicas que pudessem suprir as demandas feministas. O conceito de feminismo de Estado, portanto, está intrinsecamente conectado a essas agências, que modificam o cenário na

medida em que são capazes, teoricamente, de influenciar a agenda política e desenvolver políticas públicas baseadas nas demandas feministas de dentro do próprio aparato estatal, conseqüentemente promovendo a participação das mulheres no processo de tomada de decisão, e gerando maior representatividade política feminina (LOVENDUSKI, 2005a).

O impacto causado pelos movimentos de mulheres no que tange os debates sobre representatividade política está fundamentado em diversas variantes, que divergem por país<sup>71</sup> – atividades e características das WPAs; características e impacto do movimento de mulheres; conteúdo e nível de participação no que tange políticas; ambiente no qual estão inseridas essas políticas. Portanto, é essencial analisarmos se as políticas de gênero se moldam de acordo com as intervenções feministas no decorrer do debate. Só é possível analisar se as WPAs realçam o processo democrático examinando se elas desempenham ou não um papel crucial na “representação substantiva”<sup>72</sup>: aumento da *influência* dos movimentos de mulheres nas decisões políticas; e na “representação descritiva”<sup>73</sup>: aumento da presença física de mulheres ou representantes do movimento de mulheres em debates sobre políticas (LOVENDUSKI, 2005b).

De fato, a análise no tocante ao sucesso dos movimentos feministas em trazer as questões de gênero ao debate e ainda conquistar espaço no processo de elaboração de políticas públicas no decorrer desse debate só pode ser feita fundamentada nas condições distintas existentes em cada país e suas condições. Em alguns, as discussões voltadas para a representatividade política serviram para criar políticas públicas que tinham o objetivo de aumentar a representação da mulher nessa esfera, entretanto, na maioria, essas políticas não englobavam efetivamente as demandas dos movimentos feministas.

Ainda segundo Lovenduski (2005a), no que tange a Europa, os debates de elaboração de políticas, no geral, estavam ligados com a luta por maior representação política das mulheres. No decorrer da década de 90, essa discussão fez com que a importância em acabar com a desigualdade de gênero viesse, paulatinamente, tendo mais importância no cenário político. As demandas por representação foram obtendo maior legitimidade, quando em 1997 o Tratado de Amsterdã acentuou esse processo ao procurar promover a igualdade entre mulheres e homens nos processos de tomada de decisões.

---

<sup>71</sup> Levando em conta democracias ocidentais pós-industriais.

<sup>72</sup> Tendo como base para as reivindicações de maior representação o fator de gênero.

<sup>73</sup> Tendo como base a variável sexo.

A autora enfatiza que em países pós-industrializados do ocidente, a estratégia feminista para trazer benefício para as mulheres nessa esfera, aumentando o sucesso delas nos debates relativos a representação política e no êxito de políticas públicas de gênero está na preocupação em estabelecer agências estatais que promovem a igualdade de gênero e em trazer as demandas do movimento feministas para dentro do aparato estatal. E para que isso ocorra, as WPAs e o feminismo de Estado devem ter como sua base de apoio um movimento de mulheres forte e unificado. Podemos considerar que ao estabelecer as WPAs, os Estados oferecem recursos institucionais que agem, no geral, com o objetivo de apoiar as metas definidas pelos movimentos de mulheres.

### **2.3.1 Políticas de cotas**

Baseado na sub-representação feminina na política, há o surgimento em diferentes partes do mundo de ações afirmativas, sobretudo sistema de cotas eleitorais baseado no sexo. Com efeito a concepção do sistema de cotas vai de encontro com a perspectiva do liberalismo dentro da teoria política. Essa contradição se apresenta na medida em que a ordem política liberal se baseia na ideia de que o único sujeito de direito é o indivíduo, e, portanto, é somente através de ações individuais de seus integrantes que é possível alcançar os objetivos desejados – sem contar com imposições legais. Nesta perspectiva, a obtenção do sufrágio universal serviria para acabar com as injustiças na política e com isso negam qualquer forma de ação afirmativa. Isto é, visto que a estruturação da esfera política se baseia nas escolhas individuais, o fato das mulheres não estarem devidamente representadas é responsabilidade também das mulheres, e por tanto, essas escolhas devem ser respeitadas, sem interferências legais.

As cotas rompem com essa ideia quando consideram que um determinado grupo – as mulheres – devem ter seu direito de representação resguardado. A perspectiva liberal é colocada em cheque quando são expostas as desigualdades estruturais que estão presentes na sociedade e o entendimento de que elas se estendem para a esfera política. Há diversos argumentos que podemos considerar quando discutimos a introdução de cotas como meio para aumentar a presença política de mulheres, tanto contra como a favor. De acordo com Dahleup (2005):

**Tabela 2 – Argumentos sobre a Introdução de Cotas Políticas de Gênero**

	CONTRA	A FAVOR
1	Cotas são contrárias ao princípio da igualdade de oportunidades para todos, visto que as mulheres têm preferência.	Cotas para mulheres não discriminam, mas compensam as barreiras reais que impedem as mulheres de participar nas bancadas políticas.
2	Representação política deve ser uma escolha entre ideias e plataformas partidárias, não entre categorias sociais.	A experiência das mulheres é essencial para a vida política.
3	Cotas não são democráticas, visto que os eleitores devem poder decidir de forma independente quem será eleito.	Mulheres têm direitos como cidadãs de representação igualitária.
4	Cotas implicam que os políticos são eleitos por causa de seu gênero, não por causa de suas qualificações, e que os candidatos mais qualificados são deixados de lado.	Mulheres são tão qualificadas quanto homens, mas suas qualificações são rebaixadas e minimizadas em um sistema político de dominação masculina; além disso, eleições são sobre representação, não qualificações educacionais.
5	Muitas mulheres não querem ser eleitas só pelo fato de serem mulheres.	Cotas implicam que há várias mulheres juntas em um comitê ou assembleia, minimizando assim o estresse muitas vezes sentido pelas <i>token women</i> <sup>74</sup> .
6	Introdução de cotas cria conflitos significativos dentro da organização do partido.	A introdução de cotas pode causar conflitos, mas apenas temporariamente.
7	Cotas para mulheres serão seguidas por demandas por cotas para outros grupos, o que resultará em uma política de pura representação dos interesses do grupo.	Homens não podem representar o interesse das mulheres; e somente um grande número de mulheres pode representar a diversidade delas.

FONTE: DAHLERUP, 2005, p. 143 e 144.

Efetivamente, as cotas não discriminam homens como indivíduos, elas apenas servem como medida reparatória e restringem a tendência dos partidos políticos de nomear apenas homens para seus cargos. Elas significam maiores oportunidades de escolha para os eleitores, já que há possibilidade de votar em candidatas do sexo feminino. Diversas convenções internacionais sobre igualdade de gênero elaboraram metas para aumentar a representação política das mulheres, incluindo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)<sup>75</sup>, com a participação de 179 países, e a Plataforma de Ação de Pequim de 1995.

De acordo com Miguel e Biroli (2014), mesmo que o processo de escolha seja legalmente justo, o resultado não o é se grupos sociais significativos na sociedade não se

<sup>74</sup> Mulheres que estão incluídas em um grupo para trazer a ideia de que há uma tentativa de combater a injustiça de gênero e incluir todos os tipos de pessoas, quando na verdade é uma posição simbólica.

<sup>75</sup> Fornece a base para a lei internacional sobre a criação e estabelecimento da igualdade de gênero e a garantia pelo respeito, proteção e fortalecimento dos direitos universais das mulheres.

encontram representados. Percebe-se, pois, a busca do feminismo pelo distanciamento da chamada “representação descritiva” – parlamento espelhado na respectiva sociedade – e aproximação da ideia de “política de presença”<sup>76</sup>, que defende a necessidade de medidas corretivas como as cotas para que o parlamento seja capaz de representar as mulheres de forma adequada.

A valer, a sociedade é estruturada com base na dominação masculina e na posição da mulher como inferior, fornecendo-a também menos acesso às posições de poder e à disposição de bens materiais. Ademais, as mulheres que ocupam posições de representação política pertencem, normalmente, a espaços socialmente privilegiados – trabalhadoras, brancas, heterossexuais e burguesas ou de classe média – o que sugere a defesa de demandas diferentes ou até opostas as de outros grupos de mulheres. Por um lado, deixar essas questões de lado significam silenciar vozes importantes e perpetuar a estrutura de desigualdade dentro do próprio grupo, enquanto por outro lado, o foco nessas diferenças causa uma impossibilidade representativa na prática.

A baixa representação feminina na política demonstra uma desigualdade social estrutural, mas o aumento dessa representação não significa necessariamente a diminuição dessas desigualdades – fazer parte um grupo não fará com que as demandas sejam as mesmas, de fato diversas mulheres em posições de poder não apresentam comprometimento com questões de gênero.

Assim como advoga Nancy Fraser (2003), ao invés de focar em “estratégias afirmativas” – que tem o objetivo de reparação das injustiças sociais, mas sem mexer nas estruturas de dominação que as fundamentam –, é preciso enfatizar as “estratégias transformadoras”, que visam a reestruturação do sistema de poder injusto. Esse sistema engloba uma hierarquia interna específica que pressupõe determinados padrões de comportamento, que quando não seguidos marginalizam os indivíduos. As condições de participação dentro dessa esfera se mostram desiguais na medida em que é um ambiente historicamente de dominação masculina, que dificulta a participação das mulheres e puxa para si aspectos dos elementos sociais de desigualdade – falta de creches, divisão injusta das tarefas domésticas e discriminação de gênero no mercado de trabalho. Uma sociedade baseada em relações de dominação, exploração e opressão pressupõe uma política baseada em interesses conflitantes.

---

<sup>76</sup> Termo ficado por Anne Phillips em *The Politics of Presence* (1995).

Mesmo com os avanços alcançados no que tange maior representatividade da mulher na política, suas vozes ainda são percebidas com de caráter inferior: os interesses dos grupos dominantes são vistos como universais – visto que o “imperialismo cultural” trata a cultura e experiência desses grupos como norma –, portanto os direitos das mulheres são vistos como específicos; os padrões de fala femininos são carregados pelo peso da inferioridade social – vozes mais graves são vinculadas a ideia de autoridade; e posição emotiva e compassiva atribuída às mulheres. Ao mesmo tempo que a presença desses elementos as colocam em uma posição subalterna, a falta deles não é aceita, pois não “condiz” com as marcas centrais da ideia de feminilidade. As pautas socialmente destinadas às mulheres se estendem também ao ambiente político, restringindo-as ao foco em áreas consideradas menos relevantes – questões referentes a saúde, cultura, assistência social, família, educação –, contribuindo por outro lado ao seu estabelecimento em posições menos centrais na esfera política (MIGUEL e BIROLI, 2014; LOVENDUSKI, 2005a).

De fato, o sistema de cotas raramente altera as estruturas que favorecem para elaboração de políticas públicas de gênero. Segundo Walsh (2013), as cotas podem significar uma ilusão de inclusão, quando a representatividade feminina não se traduz no comprometimento por uma agenda efetivamente feminista. Portanto ela defende que seria muito mais eficaz que o foco estivesse na solidificação de movimentos femininos fortes e autônomos, tanto dentro como entre instituições, que sejam capazes de apoiar as WPAs, ampliar o conteúdo do debate público e pressionar as elites políticas para que cumpram os padrões internacionais. A promoção de pesquisas feministas é importante, pois, na medida em que esses trabalhos servem para analisar a validação e implementação de políticas de gênero inclusivas.

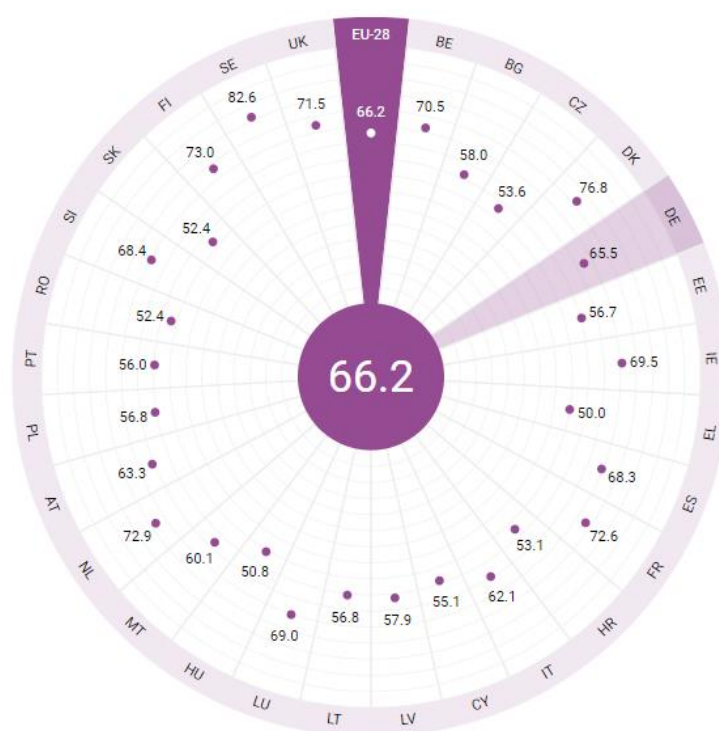
A saída está, portanto, na busca da promoção de uma agenda política feminista em detrimento do esforço de obter maior representatividade da mulher por si só. Por certo, maior representatividade é essencial, mostrando que é possível a ocupação das mulheres dentro desses espaços, mas ela deve vir com a mobilização de outros elementos de ação política, com o objetivo de constranger instituições e reestruturar o sistema de dominação buscando mecanismos que ajudem a promover os interesses desses grupos.

## CAPITULO 3: REPRESENTAÇÃO FEMININA NA ALEMANHA

### 3.1 Caso alemão

A Alemanha possui um desempenho abaixo na média no que tange a conquista de igualdade de gênero quando comparada com outros estados membros da UE (ver Figura 1), de acordo com dados recolhidos do Índice Europeu de Igualdade de Gênero (EIGE)<sup>77</sup>. Apenas nas áreas dinheiro, saúde e poder (ver Figura 2), a Alemanha alcançou melhores resultados do que a média da UE.

**Figura 1 – Índice de Igualdade de Gênero da UE-28 (em %), 2015**



FONTE: *European Institute for Gender Equality (EIGE)*, acesso em 2018.

Apesar do governo federal ter destinado grandes esforços ao tema emprego, o foco se deu efetivamente em políticas familiares que tinham um efeito de re-tradicionalização – especialmente em famílias com baixa renda – em detrimento de políticas voltadas para a promoção da igualdade. Mesmo que a perspectiva de gênero tenha sido incorporada em nível federal, ela não foi de fato buscada – progressos na igualdade de gênero estão sujeitos às

<sup>77</sup> O EIGE é um indicador que mede o complexo conceito de igualdade de gênero e, com base no quadro político da UE, ajuda a monitorar o progresso da igualdade de gênero em toda a UE ao longo do tempo. Disponível em: <http://eige.europa.eu/gender-equality-index/2015>. Acesso em 20/05/2018.

vontades políticas dos 16 governos ao nível dos *Bundesländer*.<sup>78</sup> No entanto, desde das eleições de 2013, Manuela Schwesig (SPD), ministra para assuntos da família, mulheres, juventude e seniores (BMFSFJ)<sup>79</sup> até 2017, modificou o foco para a promoção de políticas de igualdade de gênero.

**Figura 2 – Índice de Igualdade de Gênero por Domínio da UE e da Alemanha, respectivamente (em %), 2015\***



FONTE: *European Institute for Gender Equality (EIGE)*, acesso em 2018.

\*As setas ao lado dos números indicam a performance comparativa entre os Índice de Igualdade de Gênero de 2012 e 2015.

A inserção das mulheres alemãs no mercado de trabalho de fato aumentou nos últimos anos de 68.1% em 2005 para 71.4% em 2015<sup>80</sup>, entretanto essa presença ocorreu principalmente em empregos com poucas horas de trabalho e de baixa remuneração. Como resultado dessa estrutura, grande parte das mulheres alemãs se encontram em situação de risco de pobreza quando forem se aposentar. A disparidade salarial entre homens e mulheres no país ainda é alta, atingindo cerca de 22%.

A Alemanha possui um sistema parlamentar bicameral com a utilização de cotas voluntárias por partido. Mesmo com a maioria dos partidos políticos introduzindo

<sup>78</sup> Em alguns *Länder*, como Berlim, a integração de gênero tornou-se uma estratégia eficiente, havendo a implementação de processos orçamentários de gênero. Ademais, Munique, Freiburg e Colônia desenvolveram processos avançados de integração e orçamento de gênero.

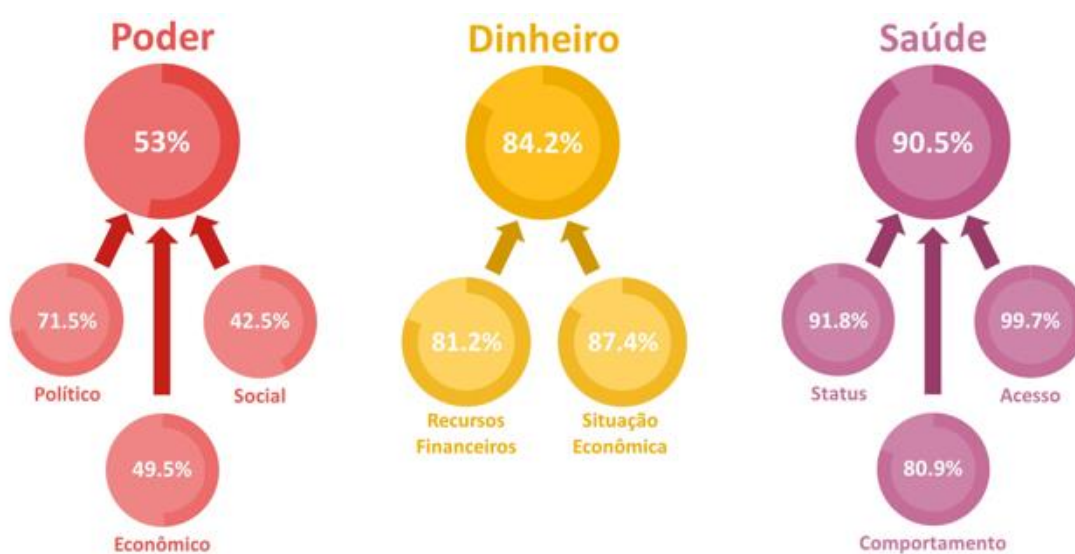
<sup>79</sup> *Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend*.

<sup>80</sup> Disponível em: <http://eige.europa.eu/gender-equality-index/2015/DE>. Acesso em 20/05/2018.



procedimentos de nomeação dos candidatos – em particular cotas de gênero e *zipping systems*<sup>81</sup> e uma nova lei de cotas para o setor privado ter sido aprovada em dezembro de 2014, as mulheres continuam sub-representadas no ambiente de tomada de decisões, tanto na área econômica quanto política, como podemos ver na Figuras 3.

**Figura 3 – Elementos Analíticos dos Domínios\***



FONTE: Dados recolhidos do *European Institute for Gender Equality* (EIGE), acesso em 2018.

\*Utilizados para definir as pontuações dos Índices dos três setores nos quais a Alemanha apresentou melhor performance que a média da UE.

O desempenho da Alemanha no domínio poder (ver Figura 3) de 53% traduz a análise da igualdade de gênero em posições de tomada de decisão nas esferas política, econômica e social. A unidade do poder político examina a representação de mulheres e homens nos parlamentos nacionais, governo e assembleias regionais e locais; o elemento de poder econômico é medido pela proporção de mulheres e homens nos conselhos de administração das maiores empresas nacionais listadas nas bolsas de valores e nos bancos centrais do país; e por fim, o subdomínio do poder social<sup>82</sup> analisa os dados sobre tomadas de decisão em organizações de financiamento à pesquisa, na mídia e nos esportes (EIGE, 2018).

No contexto da UE, o elemento poder demonstrou o maior progresso em relação aos outros domínios analisados pelo EIGE, aumentando de 38.9% em 2005 para 48.5% em 2015;

<sup>81</sup> Cota de gênero que impõe aos partidos políticos a alternância de candidatos femininos e masculinos nas listas de candidatos.

<sup>82</sup> Primeira vez, entre as análises de 2005 a 2015, que o subdomínio poder social é considerado no Índice de Igualdade de Gênero da EIGE.

e na Alemanha aumentando de 34% em 2005 para 53% em 2015. De fato, entre esses anos, a maioria dos Estados Membros melhorou suas pontuações no domínio do poder, mas a sub-representação feminina continua sendo uma realidade em todos eles. É importante ressaltar que o principal agente responsável por impulsionar o progresso na igualdade de gênero na Alemanha tem sido a legislação vinculativa da UE em matéria de igualdade, em particular no que tange a questão do emprego.

No contexto da UE, o elemento poder demonstrou o maior progresso em relação aos outros domínios analisados pelo EIGE, aumentando de 38.9% em 2005 para 48.5% em 2015; e na Alemanha aumentando de 34% em 2005 para 53% em 2015. De fato, entre esses anos, a maioria dos Estados Membros melhorou suas pontuações no domínio do poder, mas a sub-representação feminina continua sendo uma realidade em todos eles. É importante ressaltar que o principal agente responsável por impulsionar o progresso na igualdade de gênero na Alemanha tem sido a legislação vinculativa da UE em matéria de igualdade, em particular no que tange a questão do emprego.

No ano de 1994 um novo artigo sobre igualdade de gênero foi acrescentado à Constituição Alemã, prevendo a obrigação das autoridades em combater a desigualdade de gênero – o Estado seria responsável por promover a implementação prática da igualdade de gênero e se esforça para eliminar as desvantagens existentes. A Lei de Igualdade de Tratamento Geral (AGG)<sup>83</sup> que entrou em vigor em 2006, protege os cidadãos de qualquer tipo de discriminação e abrange a luta contra a discriminação em matéria de emprego e legislação social, direito privado e direito da função pública.

Em 2001 entrou em vigor a Lei Federal da Igualdade<sup>84</sup> (baseada no Tratado de Amsterdã de 1999) que visa implementar a igualdade de gênero na administração pública federal, nos tribunais federais e nas instituições da administração federal de direito privado. Ademais, ela exige a criação de planos de igualdade e a eleição e nomeação de forma igualitária de comissários em todos os poderes administrativos. De fato, os *Bundesländer* implementaram as citadas leis de igualdade em seus territórios e isso gerou efeitos positivos, produzindo mais igualdade de posições entre mulheres e homens no poder administrativo –

---

<sup>83</sup> Incorpora quatro diretrizes europeias: I. Diretriz sobre Igualdade Racial; II. Diretriz sobre Igualdade no Emprego; III. Diretriz sobre Igualdade de Gênero para bens e serviços; IV. Diretriz sobre Igualdade de Gênero no Emprego. Disponível em: <http://www.gesetze-im-internet.de/agg/index.html>. Acesso em: 20/05/2018.

<sup>84</sup> Disponível em: <http://www.bmfsfj.de/BMFSFJ/gleichstellung,did=67816.html>. Acesso em: 20/05/2018.

houve a criação de cotas relacionadas à performance a fim de promover o avanço das mulheres nesta área.

Segundo o relatório de 2015 do Parlamento Europeu *The Policy on Gender Equality in Germany*, o governo federal tem destinado pouco esforço na promoção de política de igualdade nos últimos anos – apesar da pressão dos movimentos de mulheres e organizações da sociedade civil, não houve a busca pela implementação de políticas efetivas de igualdade de gênero. A partir de 1995 baseadas nas recomendações da Plataforma de Ação de Pequim<sup>85</sup>, foram introduzidas medidas de estabelecimento de mecanismos institucionais para o avanço das mulheres na esfera pública, entretanto com o decorrer do tempo, diversos mecanismos foram desmantelados<sup>86</sup>, gerando críticas já em 2008 do Comitê da CEDAW da ONU quanto a redução das estruturas de coordenação.

Todavia, o governo federal segue sem uma política sistemática de igualdade, contando apenas com medidas avulsas sobre o tema que são muitas vezes inconsistentes entre si. Com efeito, houve a incorporação da perspectiva de gênero no nível federal, porém desde 2005 ela deixou de ser adotada na prática. De acordo com dados coletados pelo EIGE sobre a implementação da Plataforma de Ação de Pequim nos países membros da UE, a Alemanha está entre os 8 países que regrediram nesta área, embora os ministérios federais continuem encarregados legalmente de implementar a integração de gênero. Entretanto, a falta de vontade política e de estruturas para a implementação prática da integração de gênero<sup>87</sup> fazem com que essa obrigação legal não apresente resultados.

A porcentagem de mulheres eleitas no *Bundestag* alemão e a nível federal permaneceu estagnada com cerca de um terço por mais de dez anos. Com efeito, uma maior presença feminina neste âmbito não é um assunto prioritário, visto que a proporção de 30% é considerada como “massa crítica” para influenciar a esfera de tomada de decisões de forma eficaz. Mas de fato houve um aumento da representação feminina no parlamento e ele foi atribuído principalmente aos *procedimentos de indicação de candidatos* dos partidos

---

<sup>85</sup> Principais objetivos estratégicos: criar e fortalecer mecanismos nacionais e órgãos governamentais; integrar as perspectivas de gênero na legislação, políticas públicas, programas e projetos; gerar e disseminar dados e informações separadas por gênero.

<sup>86</sup> Exemplo: Centro de Competência de Gênero, estabelecido na Universidade Humboldt de Berlim em 2003, e posteriormente fechado.

<sup>87</sup> Em 2012, a Alemanha estava entre os três países europeus que não dispunham de estruturas para implementar a integração de gênero.

políticos no que tange a igualdade de gênero – a maioria dos partidos promove uma participação equilibrada de mulheres e homens como candidatas nas eleições políticas:

**Tabela 3 – Partidos e suas Políticas de Gênero para Promover Maior Representatividade Feminina**

<i>Partidos</i>	<i>Políticas de gênero</i>
<i>Partido Verde</i>	Inseriu um estatuto de mulheres de longo alcance em seus artigos e fixou uma cota interna de 50% para mulheres.
<i>Die Linke</i>	Inseriu em seu estatuto uma cota de 50% e atribuiu as posições da primeira ou segunda lista, bem como todas as posições ímpares para as mulheres, na medida em que haja suficientes candidatas femininas disponíveis. Caso não haja mulheres suficientes, as cadeiras permanecerão vazias até que as eleições parciais possam ocorrer.
<i>Partido Social Democrata (SPD)</i>	Estabeleceu uma cota de 40% para mulheres em todos os níveis organizacionais. Entretanto, somente 9 em 16 listas eleitorais (uma lista em cada um dos estados federais) apresentaram proporção de 40% de candidatas mulheres quanto as eleições recentes do <i>Bundestag</i> .
<i>União Democrata Cristã (CDU)</i>	Estabeleceu o “quórum” que visa estabelecer uma taxa de participação feminina de um terço em todos os cargos partidários e mandatos públicos. Entretanto, o partido apresenta esse número em apenas 10 das 15 listas eleitorais a nível dos <i>Länder</i> .
<i>União Social Cristã (CSU) da Baviera*</i>	Introduziu cota de 40% para cargos partidários, mas não estipula medidas para aumentar o número de candidatas.

FONTE: *The Policy on Gender Equality in Germany*, 2015, p. 12; *Gender Quota Database*, IDEA<sup>88</sup>.

\*Forma um grupo político com a CDU no *Bundestag*.

De fato, existem diferenças consideráveis entre níveis de hierarquia: no nível do governo federal, quase um terço de todos os cargos de liderança são ocupados por mulheres; no ministério federal, a proporção de mulheres é de 40%; e número de Secretárias de Estado Parlamentar possui a proporção mais alta de mulheres, com 41,2%. Já no nível municipal, a proporção de mulheres eleitas é bem menor, o que levou ao estabelecimento de algumas ações para promover a participação de mulheres nas eleições municipais. Com isso, o

<sup>88</sup> Disponível em: <https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas/country-view/92/35>. Acesso em: 20/05/2018.

governo federal, os governos dos *Länder* e as organizações dos movimentos de mulheres implementaram uma série de programas para aumentar o número de candidatas nas listas eleitorais. Efetivamente houve um aumento da proporção de mulheres em várias cidades, apresentando, em 2011, uma taxa média de representação feminina nas câmaras municipais de 26,1%, variando entre 18,7% e 41,9% em todo o país.<sup>89</sup>

As taxas mais baixas de representação, com menos de 22%, pertencem aos estados do Sul e mais conservadores do país (Baviera e Baden-Württemberg), enquanto as mais altas, com mais de 35%, concentraram-se nos estados do Noroeste, abrangendo Saarland e Berlim. Nos outros estados, incluindo todos os estados do Leste, as mulheres apresentam cerca de 30% dos assentos. No geral, houve avanços importantes na representação feminina na política desde os anos 1980, mas ainda pode-se perceber grandes diferenças entre os partidos, as regiões e os *Länder* (KAMENITSA & GEISSEL, 2005).

Em níveis comparativos, a Alemanha demonstra avanços no que tange um quadro de maior igualdade de gênero, mesmo que lento. O cenário jurídico foi aprimorado através da criação de leis de igualdade que abrangem ambos níveis federal e municipal (os 16 *Länder*). Ademais, mecanismos institucionais para promover, implementar e monitorar a igualdade de gênero foram estabelecidos, mas é importante ressaltar que seus resultados dependem tanto da vontade política dos governos dos *Länder* alemães quanto da pressão de uma sociedade civil ativa. Os partidos desempenham um papel central no processo, determinando a agenda legislativa e o conteúdo antes da ação parlamentar.

De fato, as políticas de igualdade a nível federal ficaram aquém das expectativas dos movimentos de mulheres, que vêm defendendo e ativamente promovendo campanhas por mais progresso. A mudança social, sobretudo a integração das mulheres no mercado de trabalho, a autodeterminação das mulheres e a independência financeira, tiveram um impacto social no estilo de vida de mulheres e homens, transformando a sociedade alemã em mais diversificada e gerando formas variadas de famílias com novas necessidades e demandas. Entretanto, as políticas de igualdade não conseguiram alcançar melhorias consistentes. Mesmo que as taxas de emprego feminino tenham aumentado, o equilíbrio entre vida privada e profissional e as persistentes disparidades salariais entre homens e mulheres ainda não foram abordadas de forma adequada e eficaz.

---

<sup>89</sup> Dados coletados do relatório do Parlamento Europeu *The Policy on Gender Equality in Germany*, 2015.

### 3.2 Influência das WPAs nos debates sobre representatividade na Alemanha

A Alemanha dispõe de um sistema neocorporativista no qual os interesses são organizados e articulados de maneira estruturada, onde os grupos de interesse só conseguem representação formal no processo político se são capazes de adquirir o reconhecimento do Estado. Os debates de representação política das mulheres, no contexto das WPAs, se concentraram em torno de questões específicas e muitos dos debates mais importantes desse âmbito aconteceram no contexto dos partidos políticos, demonstrando a importância deles dentro dessa esfera<sup>90</sup>. Por conta disso, a influência que as WPAs tiveram nesses debates variam imensamente entre si, tendo que ser analisados em separado. As autoras Kamenitsa e Geissel (2005) estabelecem uma intensa análise no que tange os três principais debates voltados para este tema, na qual sintetizamos abaixo:

#### Quadro 1 – Sistema de Cotas do SPD (1977-1988)

<b>Resumo</b>	Debate proposto pela ASF* sobre a implementação de um sistema de cotas para listas eleitorais no SPD. Esse debate demonstra um exemplo de tomada de decisão no nível partidário. Contou com discussões que envolviam os argumentos de maior igualdade e qualidade (na medida em que favorece a participação de um grupo presente na sociedade, mas excluído da esfera política).
<b>Resultado</b>	O SPD aprovou a proposta da ASF sobre as cotas em 1988 com maioria de 87% dos votos. Hoje a porcentagem de cotas para mulheres é de 40% em todos os níveis organizacionais do partido. As regras de cotas foram certamente um importante fator que contribuiu para o aumento subsequente da representação de mulheres em legislaturas em todos os níveis de governo e dentro do SPD.
<b>Envolvimento e Influência</b>	A política adotada coincidiu com os objetivos do movimento das mulheres, conforme articulado pela ASF. As mulheres da ASF eram atores centrais no processo político. Em todas as fases da tomada de decisão – desde a definição da agenda até a implementação – elas estavam ativamente impulsionando o processo. Participaram de reuniões e conferências partidárias e forçaram o partido a agir sobre o assunto. A ASF funcionou como uma quasi-WPA** neste debate, na medida em que era uma organização de mulheres que influenciava a formulação de políticas partidárias. Ao advogar por objetivos feministas e ao conseguir levar para o debate a perspectiva de gênero, o impacto do movimento, pois, foi de grande importância.

FONTE: KAMENITSA & GEISSEL, 2005.

\**Arbeitsgemeinschaft Sozialdemokratischer Frauen*.

\*\*É considerada uma quasi-WPA (QWPA) porque a ASF é um órgão de decisão política de um partido. Tem a capacidade de impactar diretamente a elaboração de políticas partidárias e a formulação de políticas governamentais por meio de sua influência partidária. Normalmente, vários membros femininos do parlamento ou do governo estão ativamente envolvidos na ASF.

<sup>90</sup> O surgimento do Partido Verde na década de 1970 contribuiu para gerar debates partidários sobre democracia interna e representação de grupos dentro dos órgãos do partido e nas listas eleitorais.

### Quadro 2 – Segunda Lei Federal de Direitos Iguais (1989-1994)

<b>Resumo</b>	Debate sobre a lei federal de igualdade aprovada em 1994. É um exemplo de debate em torno da política legislativa em nível federal que ilustra a importância dos partidos políticos e das burocracias federais na formulação de políticas públicas. Com a disparidade de tratamento das mulheres no Leste e no Oeste, a unificação da Alemanha ameaçou remover muitos dos direitos e benefícios conquistados pelas mulheres da RDA, portanto o tratado de unificação levantou questões sobre reforma constitucional e concentrou grande parte de sua atenção na questão do gênero e nas mulheres, estipulando a necessidade de medidas adicionais para garantir a igualdade de gênero. Todas essas questões ajudaram a colocar a igualdade de gênero na agenda política no início dos anos 90.
<b>Resultado</b>	Esse debate gerou dois resultados políticos relacionados à representação política das mulheres. Primeiro, uma modificação da Lei Básica (Seção 2, Artigo 3) declarando que mulheres e homens merecem igualdade de direitos e o Estado se compromete em promover a igualdade de direitos e em trabalhar para remover desvantagens existentes. E em segundo lugar, a criação de uma nova Lei de Igualdade de Direitos de 1994 e, mais especificamente, seu Artigo 11 tratando de representantes de órgãos governamentais na Alemanha que desempenham um papel na tomada de decisão no nível federal. A lei exige que as organizações que indicarem candidatos para cargos em tais órgãos nomeiem um homem qualificado e uma mulher qualificada para cada posição até que a paridade seja alcançada. Se isso não acontecer, a justificativa deve ser feita por escrito.
<b>Envolvimento e Influência</b>	O BMFSFJ liderou esse processo político, que resultou em um debate público nacional sobre a representação política das mulheres. Entretanto, essa política não coincidiu com as demandas feministas. Com efeito, foi criado um objetivo básico onde a constituição foi alterada trazendo obrigações para o Estado de promover a igualdade de gênero, todavia a linguagem final era mais fraca e mais vaga do que a defendida por várias participantes feministas. Ademais a nova lei excluía uma cláusula de compensação (importante demanda feminista), gerando críticas intensas. O movimento de mulheres apresentou envolvimento ativo e importante como atores legítimos do processo, mas o conteúdo da política pública, não traduzir efetivamente as metas do movimento.

FONTE: KAMENITSA & GEISSEL, 2005.

### Quadro 3 – Reforma da Lei de Nacionalidade Alemã (1998-1999)

<b>Resumo</b>	Com o final da Segunda Guerra e a política de imigração temporária para ajudar na reconstrução do país – com milhões de turcos e cidadãos do sul da Europa sendo convidados como residentes “temporários” para aliviar a escassez de empregos – milhões de imigrantes passaram viver na Alemanha. Como a lei de cidadania e nacionalidade alemã baseava-se no <i>jus sanguinis</i> (lei do sangue) e não no <i>jus soli</i> (lei do solo), os imigrantes com ascendência alemã tinham direito à cidadania, mesmo que nem eles nem seus pais tivessem vivido na Alemanha, enquanto os sem ascendência e seus filhos (muitas vezes nascidos e criados na Alemanha) tinham a cidadania alemã negadas, causando intensa insatisfação na população. O debate, pois, diz respeito à cidadania e ao direito do voto dos
---------------	--

	estrangeiros residentes na Alemanha. Esta legislação, aprovada em 1999, foi um elemento importante da nova ênfase do governo de Schröder* de ampliação da democracia alemã. Embora não tenha sido um debate explicitamente de gênero, foi uma importante conquista no que tange a perspectiva.
<b>Resultado</b>	Esse debate resultou em uma nova legislação, ratificada em maio de 1999, que dá às crianças nascidas de não-alemães na antiga RFA, dupla nacionalidade até os 23 anos, quando devem escolher entre uma das cidadanias.
<b>Envolvimento e Influência</b>	As mulheres e representantes do movimento feminista não tiveram papel visível nesse processo. Elas não possuíam uma posição clara sobre o assunto, ocupando um lugar de omissão, somente com raras exceções. Nestes casos, grupos feministas se juntaram a dezenas de outros grupos na organização de manifestações pelos direitos dos residentes estrangeiros, incluindo, entre outros, o direito de votar (também das mulheres estrangeiras). Esses atores apoiaram a facilitação do processo de naturalização, mas criticaram o projeto de lei do governo por ser restrito e não incluir explicitamente as mulheres e suas questões específicas de gênero na nova lei. O resultado da política, pois, ficou aquém das demandas dos poucos grupos de mulheres que manifestaram interesse no debate, que no geral era irrelevante para a maioria dos grupos feministas do país.

FONTE: KAMENITSA & GEISSEL, 2005.

\*Gerhard Schröder (SPD) foi Chanceler da Alemanha entre 1998-2005.

O que podemos concluir é que os casos discutidos acima demonstram resultados bastante diferentes no que tange a influência das WPAs nos debates de políticas públicas relacionadas à representação política das mulheres. Com efeito, um forte movimento de mulheres e as WPAs podem criar uma pressão efetiva sobre partidos políticos. Outro importante ponto é a ideia de que partidos de esquerda são mais propensos a aceitar e promover as demandas políticas das mulheres. Em alguns casos, os WPAs podem atuar como membros internos e avançar na conquista de demandas feministas de dentro do aparato estatal. O cenário ideal seria, pois, um forte movimento de mulheres trabalhando com um partido de esquerda e uma WPA ativa com a intenção de aprovar e implementar políticas públicas alinhadas com os objetivos feministas (KAMENITSA & GEISSEL, 2005; WILIARTY, 2010).

Entretanto, a realidade raramente apresenta condições ideais, mas isso não significa que políticas de gênero chegarão a um impasse na ausência de um movimento feminista forte ou de um partido de esquerda cooperativo. No geral, a Alemanha não possui um ambiente favorável para a colaboração desses três elementos ideais. Em parte, por conta da forte presença do feminismo radical nos anos 60 e 70, a Alemanha não desenvolveu um movimento feminista liberal forte e organizado que de fato buscasse demandas de promoção



de políticas feministas em nível nacional, se distanciando da esfera estatal e buscando reafirmar seu caráter de autonomia.

Foi no decorrer dos anos 80 que o feminismo começou a realmente se preocupar com se fazer ouvir dentro do aparato estatal e a procurar exercer mais influência na elaboração de políticas de gênero feministas. Por conta desse distanciamento, os partidos políticos não sofreram grandes pressões dos movimentos feministas em relação a elaboração de políticas de gênero. Pelo caráter autônomo e difuso do movimento feminista, sua fraqueza, o cenário político alemão onde os partidos possuem enorme importância, e a desaparecimento do ativismo da sociedade civil devido ao processo de institucionalismo das demandas femininas, os movimentos de mulheres não possuem muito espaço de influência na Alemanha fora do âmbito partidário. Não é verdade que por conta disso, não há implementação de políticas de gênero, mas é preciso levar em consideração o caráter lento e moderado que um país onde o partido conservador cristão (CDU) é extremamente forte, pode apresentar (WILIARTY, 2010).

### **3.3 Era Merkel**

A elaboração de políticas da CDU no âmbito das questões voltadas para as mulheres é tida como controversa. Isto porque historicamente o partido possui uma visão tradicional do papel das mulheres na sociedade, entretanto ao mesmo tempo promoveu reformas de gênero e políticas de representatividade, contribuindo com a normalização da mulher na política e a conquista da primeira mulher, Angela Merkel, na chancelaria da Alemanha, o maior cargo político do país.

Merkel, eleita para seu quarto mandato em 2017, possui treze anos governando a Alemanha e ao longo do seu governo não apresentou mudanças drásticas em benefícios das mulheres – ela não se declara feminista e, com efeito, não dedicou muitos esforços para a promoção de uma agenda voltada para políticas de gênero. Em geral, não promoveu publicamente a questão das mulheres e não houve um grande avanço efetivo para as mulheres em seu governo. Todavia, representação descritiva também se mostra importante. O país já possui toda uma geração que cresceu com uma mulher no mais alto cargo de poder.

É importante ressaltar que em 2015 a chanceler aprovou uma lei que exige que algumas das maiores empresas da Europa forneçam 30% dos assentos para mulheres, tornando a Alemanha o mais recente e significativo país a se comprometer a melhorar a

representação de mulheres nos conselhos de administração. A aprovação dessa nova lei foi de extrema importância para o movimento de mulheres e foi considerada um potencial gerador de mudanças no país, onde as maiores empresas e seus conselhos – assim como os níveis mais altos do serviço público – são em grande parte dominados por homens.

Essa medida possui o potencial de transformar o cenário, de maneira substantiva, de governança corporativa no país, além de ter repercussões muito além das fronteiras da Alemanha, que segue a tendência de promover maior representatividade feminina, percebida em toda a UE. Essa demanda surge graças a crescentes pressões para a elaboração de soluções legislativas que possam trazer igualdade para mulheres, que ainda se veem lutando por maior espaço dentro do mundo corporativo, nos conselhos de administração e por salários equivalentes, além do reformas nas políticas laborais-familiares.

Pesquisa feita pelo *Deutsche Institut für Wirtschaftsforschung* (DIW) em 2017 sobre as mudanças no ambiente corporativo quanto a presença de mulheres<sup>91</sup> depois da implementação das cotas de gênero, sugere que de fato houve um impacto inicial. No final de 2016, o número de mulheres nos conselhos administrativos das 106 empresas nas quais as cotas foram estabelecidas havia crescido em relação ao ano anterior, aumentando em 4% e ficando com o total de mais de 27%. Entretanto, a diferença entre os conselhos administrativos e executivos também se ampliou. As mulheres representam apenas 6,5% dos cargos executivos entre as empresas sujeitas à cota – número ainda menor do que a já baixíssima média de 8% das 200 empresas de maior desempenho na Alemanha.

Para evitar maiores restrições na lei, as empresas precisam garantir uma representação de gênero mais equilibrada em todos os níveis executivos. Mesmo que de fato as cotas tenham gerado efeitos no sentido de impulsionar a presença feminina, nota-se que uma vez que as mulheres passam a ocupar mais do que os 30% estabelecidos, esse número se estagna. Mesmo que o avanço da representatividade feminina se mantenha constante ano após anos, o que é utópico, seria preciso 60 anos para os conselhos executivos das 200 empresas mais importantes da Alemanha apresentarem igualdade de gênero em seu número de membros e os conselhos de supervisão alcançariam a paridade de gênero em 18 anos.

Por mais que a Angela Merkel não tenha de fato aumentado drasticamente a representatividade descritiva feminina no nível nacional político, é importante ressaltar a

---

<sup>91</sup> Versão digital: [https://www.diw.de/documents/publikationen/73/diw\\_01.c.550588.de/diw\\_econ\\_bull\\_2017-01.pdf](https://www.diw.de/documents/publikationen/73/diw_01.c.550588.de/diw_econ_bull_2017-01.pdf)

presença de mulheres dentre os funcionários do gabinete da chancelaria, com 50% sendo mulheres, além de nomeações de mulheres dentro do governo, como Ursula von der Leyen como a primeira mulher a ser Ministra da Defesa e Svenja Schulze como Ministra Federal do Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear. (BUCKLEY & GALLIGAN, 2011; MUSHABEN, 2017).

Durante seu governo atual, Merkel dedicou seis dos 15 postos ministeriais para mulheres. Essa situação demonstra avanços quando comparamos a distribuição feita por Merkel desses lugares. Durante seu segundo mandato (2009) a chanceler apontou cinco mulheres dentre os 15 cargos ministeriais, entretanto, esse fato não se deu fora do contexto da divisão tradicional do trabalho entre mulheres e homens, onde quatro das cinco mulheres indicadas tomaram a frente de ministérios com direcionamento sociocultural. Em contrapartida, seu governo atual demonstra uma mudança nesse sentido, visto que quatro das seis mulheres indicadas ocupam cargos fora desse espectro.

De fato, houve uma mudança na perspectiva de Merkel em relação às questões de gênero durante seus anos de governo, reconhecendo posteriormente que a determinação individual por si só não é capaz de abolir normas institucionalizadas excludentes e desiguais<sup>92</sup>. Enquanto em seus primeiros dois mandatos evitava discutir sobre o assunto e era contra o sistema de cotas, admitiu ter enfrentado desvantagem por ser uma mulher na política e expôs que depois de se tornar chanceler, percebeu que sem os 25% de “quórum” do CDU não poderia ter chegado ao cargo: “I thought about everything but not about the fact that I was a woman. The longer I have been in politics, the more I become conscious of the significance of this topic”<sup>93</sup> (MUSHABEN, 2017, p. 39).

Embora apenas cinco mulheres tenham liderado os governos dos *Länder* até hoje, elas agora ocupam importantes cargos em nível nacional, mesmo que esses números tenham se mostrado estáveis ao longo dos anos. No que diz respeito a representatividade substantiva, o governo de Merkel não avançou muito em direção a melhores condições para as mulheres dentro da sociedade, entretanto, sua chancelaria comparada com as anteriores, foi a que mais evoluiu em direção a igualdade de gênero no contexto da Alemanha unificada – impulsionou legisladores em garantir a implementação de creches e licença paternidade, adotou políticas

---

<sup>92</sup> Merkel declarou em maio de 2013 que igualdade de gênero real só será alcançada quando os papéis e comportamentos de homens e mulheres dentro da sociedade forem modificados (MUSHABEN, 2017, p. 308).

<sup>93</sup> Tradução livre: “Pensei em tudo, menos no fato de ser mulher. Quanto mais tempo estou na política, mais me dou conta da importância desse tópico”.

de cotas corporativas e elaborou programas de financiamento voltados especialmente para mulheres no campo das ciências naturais (MINT)<sup>94</sup> (MUSHABEN, 2017).

Possuir uma mulher no poder teve efeitos agregadores, com mais mulheres do que nunca se candidatando a cargos locais e nas últimas eleições de 2017 para a chancelaria, três dos seis maiores partidos do país apresentando candidatas mulheres. De fato, houveram algumas transformações para as mulheres sob o comando de Merkel em alguns assuntos, desde a implementação de creches, reformas no âmbito da família e trabalho, até a governança corporativa e avanço da representatividade descritiva. Mas o preconceito cultural de gênero dentro da sociedade continua intensamente presente. Merkel não fez da igualdade de gênero uma questão essencial em seu governo, mas é importante reconhecer que durante seu tempo no poder, houve uma evolução desse cenário, mesmo que lenta e silenciosa.

---

<sup>94</sup> *Mathematik, Informatik, Naturwissenschaften and Technologie.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fato de possuir uma mulher no cargo mais importante do país, a Alemanha muitas vezes possui uma imagem no exterior mais progressista do que se demonstra na realidade. Procuramos analisar ao longo da pesquisa a história dos movimentos feministas no país, de que forma o movimento se desenvolveu, qual o papel das mulheres no cenário político atual da Alemanha e se esses elementos de fato representam diminuição das desigualdades de gênero, na melhoria na vida das mulheres da sociedade civil e na maior representatividade política da mulher.

Tendo a pesquisa analisado historicamente a perspectiva feminista no âmbito social e das Relações Internacionais, além de ter-se debruçado no contexto da Alemanha e nas mudanças ocorridas no país ao longo da história, voltamos ao questionamento: como o movimento social feminista do pós-Segunda Guerra Mundial na Alemanha influenciou no processo de maior representatividade feminina na política do país? Percebemos que, em parte, por conta da forte presença do feminismo radical nos anos 60 e 70, a Alemanha não desenvolveu um movimento feminista liberal forte e organizado que de fato buscasse demandas de promoção de políticas feministas em nível nacional, se distanciando da esfera estatal e buscando reafirmar seu caráter de autonomia.

Ou seja, o país não desenvolveu um movimento forte o suficiente para influenciar – como via de regra – o processo de promoção de políticas públicas e consequentemente gerar maior representatividade política da mulher no país. De fato, justamente pelo fato da condição fraca de um movimento feminista e da força dos partidos políticos dentro desse cenário, é necessário o exame detalhado de cada caso em particular para conseguir uma resposta efetivamente satisfatória, que encontramos no decorrer da pesquisa.

Com isso, desenvolvemos no **Capítulo 1** uma breve análise dos movimentos sociais e uma sintetização da evolução dos movimentos feministas no mundo e como eles lutavam pelas desigualdades de gênero, com a intenção de expor os debates envolvendo crítica às instituições vigentes da sociedade patriarcal. Nesses debates podemos encontrar diferentes anseios, pelo fato do movimento apresentar-se amplamente diversificado. Contudo, é importante entendermos que o objetivo principal e comum do feminismo como um todo, é acabar com as desigualdades de gênero e construir uma sociedade mais justa.

Portanto, discutimos sobre a *primeira onda* do feminismo, com as reivindicações sufragistas na busca por direitos básicos para as mulheres; passando pela *segunda onda*, que criticava intensamente as múltiplas formas de opressão e dominação, entendendo que a igualdade de gênero só seria alcançada em uma sociedade drasticamente diferente da qual existia; e, por fim, analisando a *terceira onda* do feminismo, que deu lugar a um discurso no qual garantia que as estruturas sociais deveriam ser desafiadas, fazendo crescer a luta por mais mulheres chefiando empresas, e sua presença em ambientes geralmente masculinos. Ademais, focamos na evolução histórica no feminismo na Europa.

No **Capítulo 2**, pretendemos examinar como se deu a história do movimento feminista na Alemanha, analisando o movimento no período do *Kaiserreich* e na República de Weimar, onde se percebeu destaque especial para a temática das reformas educacionais e maior espaço para as mulheres neste contexto; a luta contra o *duplo padrão* de moralidade sexual entre homens e mulheres, a luta a favor dos direitos reprodutivos das mulheres, além das reformas familiares e laborais. Em seguida, ao tratarmos do papel da mulher no governo antifeminista do Terceiro Reich, percebemos forte influência da ideologia expansionista e nacionalista no movimento de mulheres, dando uma cara moderada – em detrimento do radicalismo visto no início do século – e a aparição de um movimento focado na promoção de ideais nazistas, transformando completamente a BDF, suas estruturas internas e suas demandas.

Ademais, analisamos o movimento na época da Guerra Fria, onde a divisão do país em RFA e RDA gerou uma imensa disparidade entre o papel da mulher no Leste comunista e no Oeste capitalista. Com as mulheres da RDA sendo detentoras de maiores direitos, a unificação da Alemanha, trouxe um retrocesso da posição da mulher na sociedade alemã. Por fim, analisamos o feminismo contemporâneo e qual a situação em que ele se encontra atualmente. Para concluir este capítulo, explanamos a importância relativa a representação política da mulher e a elaboração de políticas de gêneros com o objetivo de modificar a estrutura do Estado através da instrumentalização do Feminismo de Estado, das WPAs e da força da sociedade civil em lutar por demandas, e focando nas políticas de cotas e ações afirmativas por parte dos governos.

Para finalizar a pesquisa, discutimos no **Capítulo 3** a situação da Alemanha quanto a representatividade da mulher na política. Descobrimos que a porcentagem de mulheres eleitas no *Bundestag* alemão e a nível federal permaneceu estagnada com cerca de um terço

por mais de dez anos. Mas de fato houve um aumento dessa representação no parlamento e ele foi atribuído principalmente aos *procedimentos de indicação de candidatos* dos partidos políticos no que tange a igualdade de gênero – a maioria dos partidos promove uma participação equilibrada de mulheres e homens como candidatos nas eleições políticas. Isso se traduz na condição de extrema importância dos partidos como atores de formulação de políticas públicas no país. Com isso, analisamos os cinco principais partidos – Partido Verde, *Die Linke*, SPD, CDU e CSU – e suas políticas de gênero para promover maior representatividade feminina na política, com o estabelecimento de cotas.

Descobrimos, pois, que o nível de influência que as WPAs tiveram nos debates sobre representatividade da mulher na Alemanha foram bastantes diferentes, justamente por estarem ligados aos contextos dos partidos políticos. Desta forma, foi preciso analisar essa condição dentro das características específicas de cada debate. O primeiro debate relativo ao sistema de cotas do SPD (1977-1988), resultou em uma política que coincidiu com os objetivos do movimento das mulheres e foi articulado pela QWPA ASF, demonstrando forte influência deste grupo. A ASF foi um ator central nesse processo político em todas as fases da tomada de decisão – desde a definição da agenda até a implementação – advogando por objetivos feministas e conseguindo levar para o debate a perspectiva de gênero.

No segundo debate, que se deu no contexto da segunda Lei Federal de Direitos Iguais (1989-1994), o movimento de mulheres apresentou envolvimento ativo e importante como atores legítimos do processo, mas o conteúdo da política pública não traduzir efetivamente as metas do movimento. Já no terceiro debate, e único que não é explicitamente de gênero, sobre a reforma da Lei de Nacionalidade alemã (1998-1999), o resultado da política estabelecida ficou aquém das demandas dos poucos grupos de mulheres que manifestaram interesse nas discussões, que no geral era irrelevante para a maioria dos grupos feministas do país. O que podemos concluir é que os debates discutidos demonstram resultados bastante diferentes no que tange a influência das WPAs nos debates de políticas públicas relacionadas à representação política das mulheres.

O cenário ideal seria a presença de um forte movimento feminista trabalhando com um partido de esquerda e uma WPA ativa com a intenção de aprovar e implementar políticas públicas alinhadas com os objetivos feministas. Entretanto, descobrimos que a realidade alemã não apresenta essas condições em conjunto, mas isso não significa que políticas de gênero chegarão a um impasse na ausência de um movimento feminista forte ou de um

partido de esquerda cooperativo e que por conta disso não há implementação de políticas de gênero, mas de fato é preciso levar em consideração o caráter lento e moderado que um país, onde o partido conservador cristão (CDU) é extremamente forte, pode apresentar.

Para finalizar último capítulo, focamos na contribuição de Angela Merkel para a representatividade da mulher na Alemanha. De fato, houveram avanços neste contexto, mas o sexismo estrutural encontrado na sociedade alemã não se modificou. A *übermutter*<sup>95</sup> do folclore alemão tem raízes na difícil história do país, quando os nazistas concediam medalhas a mulheres que tinham vários filhos e depois na divisão da Alemanha entre Leste e Oeste, com a RFA revivendo os valores do século XIX dos três “ks”.

Enquanto isso no lado comunista, havia o incentivo à educação feminina nas ciências naturais, à entrada das mulheres no mercado de trabalho e o fornecimento de creches gratuitas, além de melhores benefícios de licença maternidade. Com a queda do Muro de Berlim em 1989, o emprego feminino no Oriente estava próximo aos 90% e no Ocidente, aos 55%. Essa disparidade gerou grandes controvérsias quando a unificação foi realizada. Muitos dos avanços conquistados pelas mulheres da RDA retrocederam. Hoje, esse percentual se encontra próximo dos 70%, entretanto, apenas 12% dessas mulheres que trabalham em tempo integral, possuem crianças com menos de três anos.

De fato, há uma carga excludente em relação a mulheres trabalhadoras, principalmente as que são mães. Há uma contradição no imaginário social alemão onde ao mesmo tempo em que mulheres donas-de-casa com filhos não estão efetivamente contribuindo para a sociedade, mulheres que trabalham e tem filhos são conhecidas como *rabenmutter*<sup>96</sup>, e mulheres que trabalham e não possuem filhos, são consideradas frias e que não estão cumprindo seu papel esperado de mãe. Embora Angela Merkel tenha tomado a frente do país em 2005, tornando-se a primeira mulher chanceler da Alemanha, a vida cotidiana da mulher média alemã não avançou junto com ela.

Nenhuma das 30 maiores empresas da Alemanha tem uma mulher como CEO, e as 160 maiores empresas, as mulheres ocupam menos de 7% dos cargos executivos. Mesmo depois que Merkel aprovou, em 2015, o sistema de cotas que exige que 30% dos membros

---

<sup>95</sup> Super-mãe.

<sup>96</sup> Tradução literal: mãe corvo. Termo usado na Suíça e na Alemanha para criticar as mães trabalhadoras que “abandonam” seus “ninhos” em busca de suas carreiras.



do conselho em empresas de capital aberto sejam mulheres, não houve diferenças significativas no avanço quanto uma maior representatividade feminina.<sup>97</sup>

Por conta disso, é essencial que haja uma modificação no imaginário social carregado de preconceitos de gênero. Seria necessária uma reestruturação, por parte das empresas, de seus sistemas organizacionais, fornecendo aos funcionários mais controle sobre seu tempo e um afastamento da ideia de que uma redução temporária nas horas de trabalho significa falta de ambição na carreira. Isso também é vital do ponto de vista do desenvolvimento econômico do país, pois quando o potencial de um funcionário não é totalmente aproveitado devido a preconceitos e estereótipos de gênero, há aumento dos custos e quedas na produtividade, enfraquecendo a competitividade das empresas.

A cota de gênero é uma medida estabelecida de cima para baixo e requer medidas políticas suplementares com efeitos de baixo para cima, como por exemplo, incentivos financeiros para incentivar a participar da criação dos filhos pelos pais – aumentando o número de meses destinados a licença paternidade ou implementando benefícios financeiros relativos ao “tempo de trabalho familiar”. Políticas assim ajudariam na luta contra os estereótipos ainda fortes de gênero e serviriam de facilitadores para que as mulheres pudessem ter uma vida equilibrada entre trabalho e família.

---

<sup>97</sup> Dados recolhidos em pesquisa feita pelo Deutsche Institut für Wirtschaftsforschung (DIW) em 2017 sobre as mudanças no ambiente corporativo quanto a presença de mulheres.  
Versão digital: [https://www.diw.de/documents/publikationen/73/diw\\_01.c.550588.de/diw\\_econ\\_bull\\_2017-01.pdf](https://www.diw.de/documents/publikationen/73/diw_01.c.550588.de/diw_econ_bull_2017-01.pdf)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBISETTI, James C. *Schooling German Girls and Women: Secondary and Higher Education in the Nineteenth Century*. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

ALVAREZ, Ana. *Los feminismos a través de la Historia. "Mujeres en Red"*. El periódico feminista, 2011. Versão digital: <<http://www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/los-feminismos-a-traves-de-lahistoria.doc>>.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Versão digital: <<http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>>.

BLUME, Rosvitha F. *Literatura Alemã De Mulheres E O Novo Movimento Feminista*. Universidade Federal de Santa Catarina: Fragmentos, número 18, p. 71/83. Florianópolis, jan – jun, 2000.

BRINK-FRIEDERICI, Christl M. K. *Momentos históricos do "novo" e "velho" movimento feminista na Alemanha e no Brasil: Convergências e divergências*. Língua e Literatura, v. 15, n. 18, p. 99-114, 1990.

BUCKLEY, Fiona; GALLIGAN, Yvonne. *Western Europe*. In: *Women in Executive Power: A Global Overview*. Edited by Gretchen Bauer & Manon Tremblay. Routledge, 2011.

CANNING, Kathleen. *Gender History in Practice: Historical Perspectives on Bodies, Class, and Citizenship*. Cornell University Press, 2006.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAPMAN, Jenny. *Politics, Feminism, and the Reformation of Gender*. Routledge, 1993.

DAHLERUP, Drude. *Increasing Women's Political Representation: New Trends in Gender Quotas* In: *Women in Parliament: Beyond Numbers*. International IDEA, 2005.

DELPHY, Christine. *Feminismo e recomposição da esquerda*. Revista Estudos Feministas, v.2, 1999.

EVANS, Richard J. *Feminism and Female Emancipation in Germany 1870-1945: Sources, Methods, and Problems of Research*. v. 9, Issue 4, December 1976a.

EVANS, Richard J. *Liberalism and Society: The Feminist Movement and Social Change*. In: *Society and Politics in Wilhelmine Germany* (Routledge Revivals). Edited by Richard J. Evans. Routledge, 2015.

EVANS, Richard J. *Prostitution, State and Society in Imperial Germany: Past and Present*, Volume 70, Issue 1, February 1976b.

EVANS, Richard J. *The Feminists: Women's Emancipation Movements in Europe, America and Australasia 1840-1920*, Volume 16. Routledge, 2013.

FERREE, Mayra Marx. *Varieties of Feminism: German Gender Politics in Global Perspective*. California: Stanford University Press, 2012.

FERREIRA, Maria L. R.; AMARAL, Margarida G. *As Mulheres e a Filosofia*. In: *Faces de Eva – Diálogos*, p. 132-131. Versão digital:  
<<http://www.scielo.mec.pt/pdf/eva/n36/n36a10.pdf>>.

FERREIRA, Maria L. A. O. M. R. *A mulher como "o outro" - a filosofia e a identidade feminina*. In: *Porque nos interessa a Filosofia?*, coord. Maria Manuel Araújo Jorge, p. 73-92. Lisboa: Esfera do Caos, 2010. Versão digital:  
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5612.pdf>>.

FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. UK: British Library, 2013.

FRIEDAN, Betty. *A Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1971.

GEBHARDT, Miriam. *Alice im Niemandsland: Wie die deutsche Frauenbewegung die Frauen verlor*. DVA Ebooks, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago, 2011.

GRÖNING, Katharina. *Community Commissioners for [Gender] Equality: Possibilities and Problems (1992)*. In: *German Feminist Writings*. Edit by Patricia A. Herminhouse and Magda Müller, p. 104-106. Continuum, 2001.

HANISCH, Carol. *The Personal Is Political*. 1969. Disponível em: <<http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>>. Acesso em 27/02/2018.

HARVEY, Elizabeth. *Women and the Nazi East: Agents and Witnesses of Germanization*. Yale University Press, 2003.

INGLEHART, Ronald. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton University Press, 1977.

KAMENITSA, Lynn; GEISSEL, Brigitte. *WPAs and political representation in Germany*. In: *State Feminism and Political Representation*, p. 106-129. Cambridge University Press, 2005.

KEOHANE, Robert. *International Institutions: Two approaches*. *International Studies Quarterly*, v. 32, n.4, p. 379-391, 1988 e Ashley, Richard K.;

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 4 edition. Longman, 2012.

KOONZ, Claudia. *Mothers in the Fatherland: Women, the Family and Nazi Politics*. Routledge Library Editions: Women's History, Volume 24, 2013.

KRETZMANN, Carolina Giordani. *Multiculturalismo e diversidade cultural: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade*. Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2007.

LEVINO, José. *Clara Zetkin, lutadora pela libertação da mulher trabalhadora*. 2011. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2011/11/clara-zetkin-lutadora-pela-libertacao-da-mulher-trabalhabora/>>. Acesso em 27/02/2018.

LOVENDUSKI, Joni. *Introduction: state feminism and the political representation of women*. In: *State Feminism and Political Representation*, p. 1-19. Cambridge University Press, 2005a.

LOVENDUSKI, Joni. *Feminizing Politics*. Cambridge: Polity Press, 2005b.

MARTENS, Lorna. *The Promised Land? Feminist Writing in the German Democratic Republic*. State University of New York Press, 2001.

MATLAND, Richard E. *Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems*. In: *Women in Parliament: Beyond Numbers*. International IDEA, 2005.

MCBRIDE, Dorothy E.; MAZUR, Amy G. *The Politics of State Feminism: Innovation in Comparative Research*. Philadelphia: Temple University Press, 2010.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILLETT, Kate. *Sexual Politics*. New York: Rupert Hart-Davis, 1970.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. *O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico*. Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014.

MUSHABEN, Joyce Marie. *Becoming Madam Chancellor: Angela Merkel and the Berlin Republic*. Cambridge University Press, 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVA, Juliana. *O Outro a partir da corporeidade: a importância do corpo na situação da mulher em O Segundo Sexo de Simone De Beauvoir*. V.5, n.9, p.267-286 – 1º sem. Belo Horizonte: Sapere Aude, 2014.

PARLAMENTO EUROPEU. *The Policy on Gender Equality in Germany*. Bruxelas: União Europeia, 2015.

PETERSON, V.S. *Feminist Theories Within, Invisible To, and Beyond IR*. Volume X, Issue 2. University of Arizona: WINTER/SPRING, 2004.

RIBEIRO, Djamila. *A categoria do Outro: o olhar de Beauvoir e Grada Kilomba sobre ser mulher*. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>>. Acesso em 25/03/2018.

ROOS, Julia. *Weimar Through the Lens of Gender: Prostitution Reform, Woman's Emancipation, and German Democracy, 1919-33*. University of Michigan, 2010.

SCHWARZER, Alice. *Die Antwort*. Köhl, Kiepenheuer & Witsch, 2007.

SENKEVICS, Adriano. *Além do feminismo liberal: é tempo de superar o discurso da igualdade*. 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/01/16/alem-do-feminismo-liberal-e-tempo-de-superar-o-discurso-da-igualdade/>>. Acesso em: 26/02/2018.

SENKEVICS, Adriano. *O movimento feminista e suas múltiplas identidades femininas*. 2012. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/31/o-movimento-feminista-e-suas-multiplas-identidades-femininas/>>. Acesso em: 01/03/2018.

SHE'S BEAUTIFUL, WHEN SHE'S ANGRY. Intérpretes: Chude Pamela Allen, Kate Millett. Roteiro: Mary Dore. Usa: Imdbpro, 2014. (92 min.), Documentário, son., color. Legendado.

SOUZA, Cristiane Aquino de. *A desigualdade de gênero no pensamento de Rousseau*. Doi: 10.14210/nej.v20n1.p146-170, 2014. Disponível em: <[www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos)>. Acesso em: 21/04/2018.

STEPHENSON, Jill. *Women in Nazi Germany*. Longman, 2001.

STIBBE, Matthew. *Germany, 1914-1933: Politics, Society and Culture*. New York: Routledge, 2013.

SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TORRY, Harriet. *Germany's Once-Violent Feminist Adopts Quiet Life*. WeNews, 2007. Disponível em: <<https://womensenews.org/2007/08/germanys-once-violent-feminist-adopts-quiet-life/>>. Acesso em: 30/04/2018.

WAGNER, Leonie. *Sobre o “envelhecimento” dos “novos” movimentos sociais na Alemanha: reflexões teóricas acerca de crise, paralisia e fim de um modelo exitoso*. Civitas – Revista de Ciências Sociais. Ano 2, nº 1, junho 2002.

WALSH, Denise. *A Feminist Approach to Quotas and Comparative Politics*. In: *Politics and Gender*, 9 (3), p. 322-328. University of Virginia, 2013.

WILIARTY, Sarah Elise. *The CDU and the Politics of Gender in Germany: Bringing Women to the Party*. Cambridge University Press, 2010.

WISTRICH, Robert. *Who's Who in Nazi Germany*. New York: Routledge, 2001.